



PREFEITURA DE
Santos

**1º PLANO MUNICIPAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL**

2025 – 2029

**SANTOS – SÃO PAULO
JULHO - 2025**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS

ROGÉRIO SANTOS

Prefeito

Audrey Kleys

Vice-Prefeita

Elias Junior

Secretário de Desenvolvimento Social

Audrey Kleys

Secretária de Educação

Fábio Lopez

Secretário de Saúde

Nina Barbosa Cassimiro

Secretária da Mulher, Cidadania, Diversidade e Direitos Humanos

Glaucus Renzo Farinello

Secretário de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade

Thiago Papa

Secretário de Turismo, Comércio e Empreendedorismo

Adriano Leocádio

Secretário de Gestão e Finanças

Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN

Gabinete do Prefeito

Desiree Thainah Faria Etinger - titular

Secretaria de Desenvolvimento Social

Adriana Maria Fraga Lopes - titular

Rita de Cássia Martins dos Santos - suplente

Secretaria de Educação

Sofia Bonna Boschetti Barbosa - titular

Maria Fernanda Ramos de Oliveira Paulin - suplente

Secretaria de Saúde

Juliana Cabral Francisco de Oliveira – titular

Vivian Lemos Lopes de Cicco – suplente

Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade

Paulo Marco de Campos Gonçalves - titular

André Leandro da Silva Nascimento - suplente

Secretaria de Turismo, Comércio e Empreendedorismo

Wilson Donizeti Duarte - titular

Maria Valentina Vasconcelos Rezende - suplente

Secretaria de Gestão e Finanças

Luis Carlos Rocha Baptista - titular

Bruna Di Luccia - suplente

**Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
COMSEA**

Representantes do Poder Executivo

a) Gabinete do Prefeito Municipal - GPM

Titular: Desiree Thainah Faria Etinger

b) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDS

Titular: Adriana Maria Fraga Lopes

Suplente: Rita de Cássia Martins dos Santos

c) Secretaria Municipal de Educação - SEDUC

Titular: Sofia Bonna Boschetti Barbosa

Suplente: Maria Fernanda Ramos de Oliveira Paulin

**d) Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade
- SEMAM**

Titular: Paulo Marco de Campos Gonçalves

Suplente: André Leandro da Silva Nascimento

e) Secretaria Municipal de Saúde - SMS

Titular: Juliana Cabral F. de Oliveira

Suplente: Vivian Lemos Lopes de Cicco

f) Secretaria Municipal de Turismo, Comércio e Empreendedorismo – SETUR

Titular: Wilson Donizeti Duarte

Suplente: Maria Valentina Vasconcelos Rezende

g) Secretaria Municipal de Gestão e Finanças – SEFIN

Titular: Luis Carlos Rocha Baptista

Suplente: Bruna Di Luccia

Representantes da Sociedade Civil

- **1 (um) representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CMAE**

Titular: Eva Célia de Oliveira

Suplente: Lissa Caron Sarraf e Silva

- **2 (dois) representantes dos órgãos classistas**

Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região

Titular: Giovanna de Castro Piauilino

Suplente: Cecília Maria Silva Pajaro

NACAC – Núcleo de Amparo a Criança e Adulto com Câncer

Titular: Milena Gonçalves Lima Cardoso

Suplente: Priscilla Duarte dos Santos

- **2 (dois) representantes de entidades sindicais**

Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo

Titular: Fabrício Gomes dos Santos

Suplente: Igor Aparecido Souza Santos

Composta e Cultiva

Titular: Marco Antônio Francisco

Suplente: Dionísio Matheus de Andrade

- **4 (quatro) representantes de Universidades distintas, localizadas no Município**

Universidade Paulista - UNIP

Titular: Rosana Ana Bettini

Suplente: Tamara Eugenia Stulbach

Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Titular: Paula Andrea Martins

Suplente: Lia Oikawa Zangirolani

Instituto Superior de Educação Santa Cecília - ISESC

Titular: Luciana Marchetti da Silva

Suplente:

Serviço Social do Comércio - Sesc - Santos

Titular: Ariane Feltrin Pasuld

Suplente: Paula Guimaraes Boschetti

- **5 (cinco) representantes de entidades distintas da sociedade civil organizada**

Instituto Elos Brasil

Titular: Natasha Mendes Gabriel

Suplente: Thais Polydoro Ribeiro

Livres Coop – Cooperativa Agroecológica de Trabalhadores da Agricultura Familiar

Titular: Guilherme Prado Almeida de Souza

Suplente: Vitória Felipe dos Santos

Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES

Helida Ventura Gonçalves Barbosa

Ana Laura Benevenuto de Amorim

União de Amparo à comunidade de Escolas Públicas – UACEP

Titular: Luci Tavares da Silva

Suplente: Adriana de Aguiar Siqueira

Consciência pela Cidadania – Concidadania

Titular: Luiz Renato Prado Ribeiro

Suplente: Marise Teixeira Cabral

SIGLAS

AOVALE – Associação de Produtores Orgânicos do Vale do Ribeira
APLV – Alergia à Proteína do Leite de Vaca
APROATE - Associação de Produtores Orgânicos do Alto Tietê
BPF – Bolsa de Prestação Continuada
CACAU - Centro de Aprendizagem em Compostagem e Agricultura Urbana
CADÚNICO – Cadastro Único
CAISAN – Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar Nutricional
CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CAU – Compostagem e Agricultura Urbana
COMERE – Coordenaria de Merenda Escolar
COMSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ESF – Estratégia de Saúde da Família
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Economia
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA – Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada
IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição dos Alimentos
PBF – Programa Bolsa Família
PIB – Produto Interno Bruto
PLAMSAN – Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
PMCAU – Política Municipal de Compostagem e Agricultura Urbana
PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos
PSE – Programa de Saúde do Escolar

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SEDS – Secretaria de Desenvolvimento Social

SEMAM – Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade

SISAN – Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UNIFESP – Universidade Federal do Estado de São Paulo

UPA – Unidade Pronto Atendimento

GRÁFICOS, TABELAS, FIGURAS E MAPAS

Gráfico 1 – Taxa de mortalidade no município de Santos, ano 2022

Gráfico 2 – Informação social do período de 2012 à 2025 do município de Santos, Ministério do Desenvolvimento Social

Tabela 1 – Dados do CadÚnico (2022) do município de Santos, São Paulo

Figura 1 - Registro da atividade do programa “Quem planta, colhe”

Figura 2 - Registro de uma das ações da Feira Orgânica. Por JuicySantos.

Figura 3 - Fotografia de alimentos coletados na feira com destinação ao SESC Mesa Brasil Santos

Figura 4 - Fotografia de atividade realizada em visita técnica com alunos da UME Prefeito Paulo Gomes Barbosa

Figura 5 - Fotografia do espaço CACAU localizado no Jardim Botânico

Figura 6 - Fotografia de atividade realizada em oficina do “Horta Terapêutica”

Figura 7 - Rodas de conversa para discussão das propostas do II Fórum de Compostagem e Agricultura Urbana de Santos

Mapa 1 – Município de Santos e suas fronteiras geográficas

Mapa 2 – Desertos Alimentares do município de Santos/SP, 2025

Mapa 3 – Pântanos Alimentares do município de Santos/SP, 2025

Mapa 4 – Localização das feiras livres no município de Santos

Sumário

1. Contextualização do plano municipal de segurança alimentar e nutricional	12
2. Objetivos do PLAMSAN	15
3. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	16
4. Sobre o Município	18
4.1. Aspectos Demográficos	21
4.2. Aspectos Econômicos	23
4.3. Aspectos Sociais.....	24
4.4. Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades – “Alimenta Cidades”	25
4.5. Desertos Alimentares	26
4.6. Pântanos alimentares.....	28
5. PROGRAMAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	30
5.1. Inclusão Social	30
III - Restaurantes Populares.....	31
5.2. Programas de Transferência de Renda	32
IV - Benefícios Eventuais	36
6. PROGRAMAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.....	38
6.1. Cardápios	38
6.2. Avaliação do Estado Nutricional e Educação Nutricional	39
6.3. Boas Práticas na Produção dos Alimentos.....	39
6.4. Atendimento aos Alunos com Necessidades Nutricionais Específicas	40
7. PROGRAMAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE FINANÇAS E GESTÃO	41
8. PROGRAMAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE	45
8.1. Saúde da Criança	46
8.2. Programa Saúde na Escola (PSE).....	47
8.3. Programa Bolsa Família	47
9. PROGRAMAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTABILIDADE.....	49
9.1. O trabalho nos Parques.....	49
9.2. Feiras Orgânicas.....	52
9.3. O Composto Santos e suas frentes.....	53
9.3.1 Feira Feliz	53

9.3.2 Composta Comunidade	55
9.3.3 Rede CACAU	56
9.3.4 Horta Terapêutica.....	57
9.3.5 Política Municipal de Compostagem e Agricultura Urbana	59
10. Diretrizes da Política de Segurança Alimentar e Nutricional	60
11. Bibliografia.....	85

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O instrumento para gestão das questões de segurança alimentar em nível local é o **Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN)**, elaborado pela Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) de Santos com a participação e aprovação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA.

É uma importante ferramenta formada por um conjunto de princípios, diretrizes e ações que fundamentam e promovem a segurança alimentar e nutricional, conforme prevê o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

O SISAN foi instituído pela Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN).

Seu objetivo maior, assegurar que o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) seja plenamente alcançado. Permite formular, articular e implementar, de maneira intersectorial e com a participação da sociedade civil organizada, políticas, planos, programas e ações de segurança alimentar e nutricional em âmbitos nacional, estadual e municipal. Também pode monitorar e avaliar as mudanças que ocorreram na área de alimentação e nutrição e verificar o impacto dos programas e ações de segurança alimentar e nutricional sobre a população a qual se destinavam a política.

Composto basicamente de 4 elementos: Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional (nacional, estadual e municipal); Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA (nacional, estadual e municipal); Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN (âmbito nacional) e Câmaras Intersectoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (nos estados e municípios) e representantes da sociedade civil, como Órgãos e entidades de Segurança Alimentar e Nutricional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de Instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN.

O PLAMSAN no que tange ao SISAN é considerado um dos principais instrumentos de implementação das políticas públicas e ações de segurança alimentar e nutricional em âmbito local. Ele deve estar alinhado com as diretrizes e princípios estabelecidos pela LOSAN e contribuir para a promoção da segurança alimentar e nutricional da população do município.

Entre as principais diretrizes e recomendações que o SISAN estabelece em relação ao PLAMSAN, destacam-se a importância da participação social em sua elaboração, implementação e monitoramento. Isso significa que o plano deve ser construído de forma participativa, com a colaboração de diferentes atores da sociedade, como organizações da sociedade civil, instituições públicas, setor privado e população em geral. Preconiza a integração das políticas de segurança alimentar e nutricional com outras políticas sociais, econômicas, ambientais e de saúde familiar, educação alimentar e nutricional, assistência social, saúde, entre outros.

Também incentiva a promoção da soberania alimentar, que é o direito dos povos de definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares de forma sustentável. Nesse sentido, o plano deve contemplar medidas que fortaleçam a produção local de alimentos, a agricultura familiar e práticas agrícolas sustentáveis.

O processo de construção do PLAMSAN é caracterizado como dinâmico e participativo, sendo assim, permitida a revisão permanente dos objetivos, prioridades, estratégias e ações que contribuam para assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Soberania Alimentar, conforme previsto e regulamentado pela Lei Federal nº 11.346 de 2006.

O município de Santos criou o Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMSEA) através da Lei Municipal nº 2.248/2004.

Dentre as atribuições do COMSEA estão:

I – Organizar e coordenar, em articulação com a CAISAN do Município, a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, convocadas pelo Chefe do Poder Executivo, com periodicidade não superior a quatro anos;

II – Definir os parâmetros de composição, organização e funcionamento da Conferência;

III – Propor ao Poder Executivo, considerando as deliberações da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), as diretrizes e as prioridades do Plano Municipal de SAN, incluindo-se os requisitos orçamentários para sua consecução;

IV – Articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema, a implementação e a convergência de ações inerentes ao Plano Municipal de SAN;

V – Mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI – Estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação

e controle social nas ações integrantes da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

VII – Zelar pela realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e pela sua efetividade;

VIII – Manter articulação permanente com outros conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, com o conselho estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e com o conselho nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional foi criada a partir do Decreto nº 7.541/2016, com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos, entidades e ações da administração pública municipal afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional, com as seguintes competências:

I - elaborar, a partir das diretrizes emanadas do COMSEA Municipal, a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas e fontes de recursos, bem como instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

II - coordenar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante interlocução permanente com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e com os órgãos executores de ações e programas de SAN;

III - apresentar relatórios e informações ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, necessários ao acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV - monitorar e avaliar os resultados e impactos da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

V - solicitar informações de quaisquer órgãos da administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal para o bom desempenho de suas atribuições;

VI - assegurar o acompanhamento da análise e encaminhamento das leis municipais afetas a SAN.

O objetivo da construção do PLAMSAN Santos, além de elencar as atividades desenvolvidas e a serem desenvolvidas no município no que diz respeito a política pública de segurança alimentar e nutricional, também é ponto obrigatório para a adesão do município do SISAN, fato esse que ocorreu através da Resolução nº 09 de 20 de agosto de 2024.

2. OBJETIVOS DO PLAMSAN

Geral: Implementar política pública a fim de promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo o direito humano à alimentação adequada e saudável.

Específicos:

- ✓ Fortalecer as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional;
- ✓ Reduzir os pântanos e desertos alimentares;
- ✓ Incentivar a agricultura urbana e periurbana;
- ✓ Ampliar o acesso aos alimentos saudáveis.

3. OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 25 de setembro de 2015, 193 líderes mundiais se comprometeram com 17 Metas Globais para alcançar 3 objetivos extraordinários nos próximos 15 anos: 1) Erradicar a pobreza extrema; 2) Combater a desigualdade e a injustiça; 3) Conter as mudanças climáticas. Esses objetivos são conhecidos como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que devem ser implementados por todos os países do mundo até 2030.

Os 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) têm orientado suas decisões seguindo essa nova agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Neste sentido, este PLAMSAN, se apresenta enquanto mais um instrumento para o cumprimento dessa agenda, com especial destaque para os ODS apresentados a seguir:

ODS 2

Fome zero e agricultura sustentável correspondem ao segundo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Eles foram criados pela Organização das Nações Unidas (ONU) para cumprir com os acordos feitos na Agenda 2030.

Seu princípio consiste em “erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”.

A má nutrição, que causa 45% das mortes de crianças abaixo dos cinco anos de idade, é um dos focos deste ODS. Uma em cada quatro crianças do mundo sofre crescimento atrofiado e a proporção aumenta de uma para três em países em desenvolvimento. São 66 milhões de crianças em idade escolar primária que vão às aulas passando fome, sendo 23 milhões apenas na África.

Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.

Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo, também são metas para 2030.

OSD 10

A segurança alimentar desempenha um papel crucial na redução das desigualdades, conforme estabelecido pelo ODS 10. Garantir que todos os indivíduos, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica, tenham acesso a alimentos adequados e nutritivos é fundamental para construir uma sociedade mais justa e equitativa.

Políticas públicas que promovam a segurança alimentar, aliadas a ações de inclusão social e econômica, são essenciais para alcançar uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades.

ODS 12

Reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita, promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais, também estão entre as metas desse ODS até 2030.

A agroecologia, ao adotar práticas agrícolas mais sustentáveis e de baixo impacto ambiental, contribui para o alcance deste objetivo, bem como a economia solidária, ao promover modelos de negócio baseados em valores sociais e ambientais com foco na segurança alimentar.

ODS 13

A ação Contra a Mudança Global do Clima busca tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos. A agroecologia, ao promover sistemas agrícolas mais resilientes e adaptados às mudanças climáticas, e a economia solidária, ao incentivar práticas econômicas mais sustentáveis e de baixo carbono, contribuem para mitigar os efeitos da mudança climática.

4. SOBRE O MUNICÍPIO

O litoral paulista e a Ilha de São Vicente foram descobertos no início do ano de 1502, com a ilha sendo habitada poucos anos depois por elementos europeus. Desta ocupação espontânea surgiram dois pequenos núcleos urbanos, o primeiro; o Povoado de São Vicente, elevado a Vila, por Martim Afonso de Sousa, em 1532; o segundo: chamado Nova Povoação, fundado, por volta de 1540 por Brás Cubas, quando transferiu o porto que atendia a região, situado na Ponta da Praia, para o outro lado da ilha junto a um pequeno morro que foi chamado, depois, de Outeiro de Santa Catarina.

Brás Cubas fixou-se no Brasil, dedicando-se a várias atividades na Capitania de São Vicente, criada pelo Rei D. João III, em 1535, que a doou a Martim Afonso de Sousa.

Na ausência do donatário, eram designadas várias pessoas para governar a Capitania. Brás Cubas foi uma delas, nomeado em 8 de junho de 1545. Interessado em promover a Nova Povoação, Brás Cubas elevou-a à condição de vila, em data não conhecida, exatamente por falta de documentos. Sabe-se que tal fato deu-se entre 19 de junho de 1545 e 3 de janeiro de 1547. Lembre-se que a condição de vila, segundo as leis portuguesas, dava a esta o direito de ter Câmara Municipal, símbolos de autonomia como pelourinho, estandarte, território demarcado e foral. O título de cidade cabia à Capital, Lisboa; a núcleos urbanos importantes, como Porto, ou sedes de bispado, como Braga.

Recorde-se que a primeira cidade do Brasil foi a sua Capital, Salvador, fundada na Bahia, em 1549, por Tomé de Sousa, governador-geral. São Vicente foi a primeira vila e assim permaneceu até o final do século XIX.

A vila do Porto de Santos, depois simplesmente Vila de Santos, sendo o principal porto do litoral paulista, teve desenvolvimento acima das outras vilas litorâneas. Em sua história estão registradas a economia açucareira, a dispersão bandeirante e a época do café. Santos ficou famosa por ser pátria de uma plêiade de figuras notáveis: os Gusmões, José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de S. Leopoldo) e os irmãos Andradas. Foi por causa de um deles, José Bonifácio, o Patriarca da Independência, que a Assembleia Provincial (equivalente hoje à Assembleia Estadual) resolveu aprovar uma lei que elevava a Vila de Santos à condição de Cidade, assinada pelo presidente da Província de São Paulo, Venâncio José Lisboa, em 26 de janeiro de 1839.

Como vimos anteriormente à falta de uma data exata da elevação do Povoado de Santos a Vila, os governos municipais decidiram comemorar em 26 de janeiro o Dia da Cidade.

Muitas pessoas perguntam-se: 'Santos, em 1996, festejou 450 anos e agora, em 1998, comemorou 159?'. A escolha do ano de 1546 como o da elevação do Povoado a Vila foi, até certo ponto, política. O que não exclui a possibilidade, por um milagroso resgate, de se descobrir um documento com a data certa e que pode, até ser 1546.

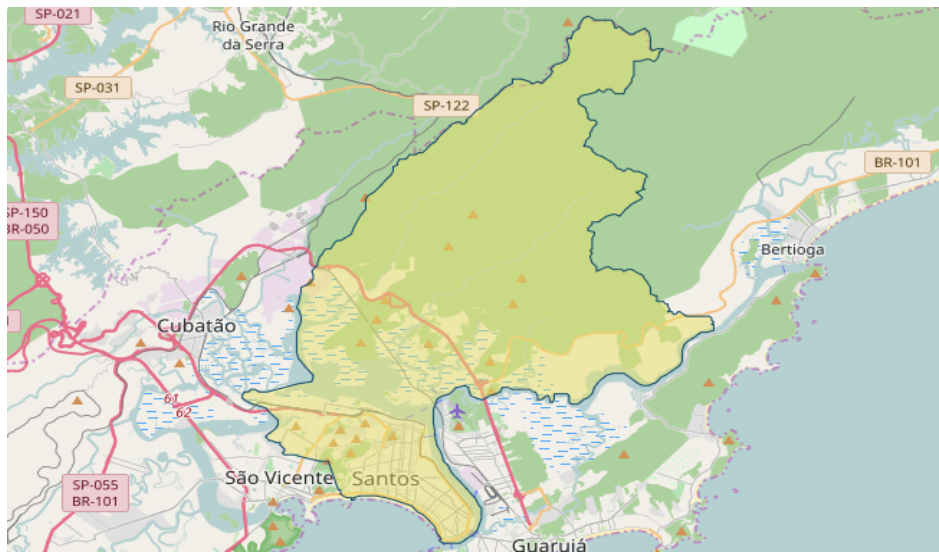
Em resumo, Santos passou pelas três fases de categorias urbanas. Povoado de Santos de, aproximadamente, 1540 até 1546, quando foi feita Vila, condição na qual permaneceu até 26 de janeiro de 1839. Assim, Santos manteve-se durante quase 300 anos. Em 26 de janeiro de 1998, festeja-se o Dia da Cidade. E os 452 anos? Ora, neles estão incluídos os 159 anos como Cidade.

Santos é uma das cidades mais antigas do Brasil, portanto histórica, mas também cosmopolita, portuária e ecológica. O passado deixou legados preciosos em casarões, museus e igrejas, destacando-se a Bolsa Oficial do Café, marco da riqueza da cidade. Santos abriga o maior complexo portuário da América Latina, construído no início do século XX, fase de grande progresso como escoadouro de café.

Localizada no litoral paulista e a 72 quilômetros da capital, a cidade ostenta o 6º lugar no ranking de qualidade de vida dos municípios brasileiros, conforme Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) aferido pela Organização das Nações Unidas (ONU) com base nos níveis de expectativa de vida, educação e PIB per capita.

Vale ressaltar que esse índice avalia três dimensões principais: longevidade, educação e renda. A longevidade refere-se ao acesso à saúde, condições ambientais, saneamento básico e segurança pública. A educação se refere à taxa de alfabetização, de escolarização, acesso à escola na primeira infância e qualidade no ensino. E a renda diz respeito ao desenvolvimento econômico, distribuição da renda, taxa de emprego e políticas de transferência de renda.

Mapa 1 – Município de Santos e suas fronteiras geográficas



Fonte: Prefeitura de Santos

As atividades ligadas ao Porto - o maior da América Latina, com 13 quilômetros de extensão e por onde passa mais de um quarto de todas as cargas que entram e saem do Brasil, configuram como principal fonte de riquezas do município, fazendo de Santos a cidade da Região Metropolitana da Baixada Santista mais importante economicamente e uma das mais ricas do país.

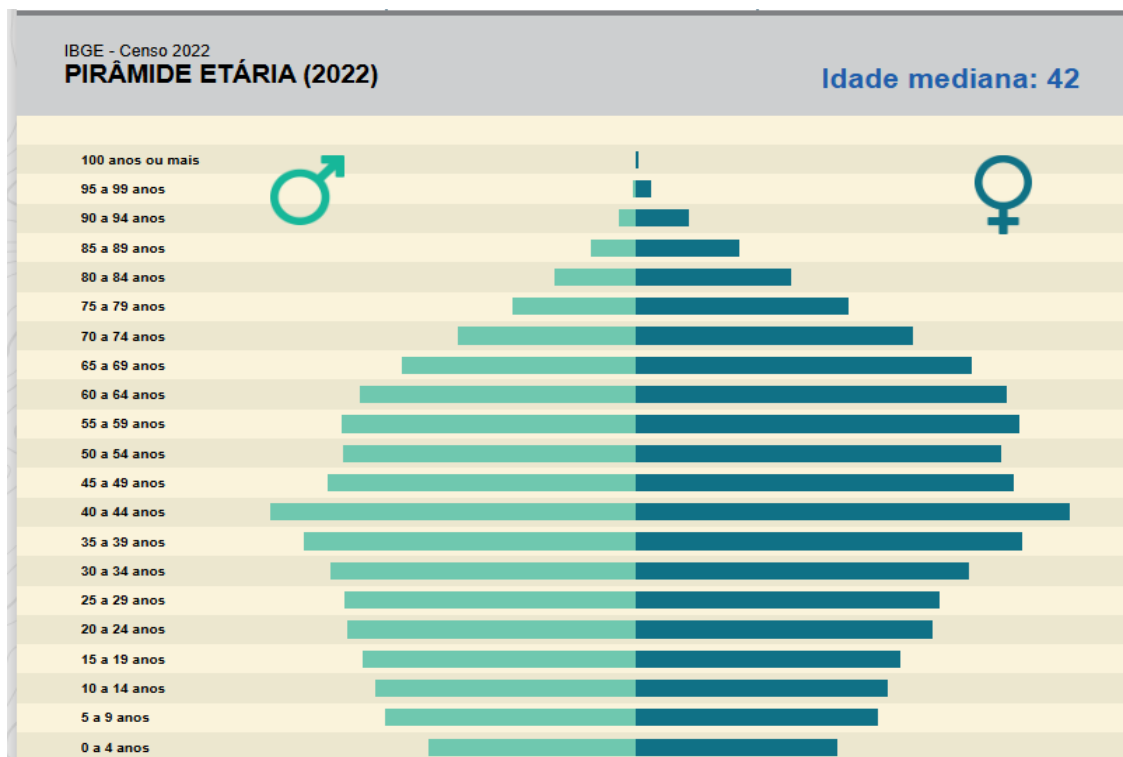
4.1. Aspectos Demográficos

Caracterização do território (População Censo 2024 – 429.567 hab)

Área Total 281,033 km2	IDHM 2010 0,84	Faixa do IDHM Muito alto	População (Censo 2024) 429.567
Densidade Demográfica 1.528,53 hab/km2	Ano de instalação 1545	Microrregião Santos	Mesorregião Metropolitana de São Paulo

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Santos

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Economia (IBGE) de 2022, a distribuição etária do município de acordo com o sexo está representada na pirâmide abaixo:



Fonte: IBGE, 2025

Observando a pirâmide etária é possível verificar que a maior concentração de pessoas está na faixa etária de 40 a 44 anos, e ambos os sexos são dominantes nesse ponto.

Abaixo está representado o gráfico da mortalidade infantil, que é um indicador importante da saúde pública e do desenvolvimento socioeconômico de uma região. A mortalidade infantil tem demonstrado uma tendência de queda no Brasil, com um declínio significativo nas últimas décadas.

É um indicador chave da saúde infantil e do desenvolvimento de um país ou região. Taxas elevadas de mortalidade infantil podem refletir problemas de saúde, condições socioeconômicas precárias e falta de acesso a serviços de saúde.

Gráfico 1 - Taxa de Mortalidade no Município de Santos, no ano de 2022.



No ano de 2022 a taxa de mortalidade infantil para cada mil nascidos vivos no Brasil era de 12,5, no estado de São Paulo 11,1 e no município de Santos, 7,99 segundo o site do IBGE e, o município de Santos teve o valor abaixo do nacional, sendo 7,2 para cada mil nascidos vivos.

De acordo com a meta 3.2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Brasil precisa, até 2030, enfrentar as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, objetivando reduzir a taxa da mortalidade infantil para no máximo cinco por 1.000 nascidos vivos.

4.2. Aspectos Econômicos

Segundo o IBGE (2022), Santos é o 14º município do estado de São Paulo no ranking do Produto Interno Bruto (PIB), e no ranking nacional está na 48ª posição.

A economia do município é basicamente concentrada no setor de serviços, sendo que é o setor que mais emprega seguido pelo comércio.

Em 2021, o Produto Interno Bruto per capita era de R\$ 55.508,46. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 112 de 645. E entre os municípios do país e na 752 de 5570 entre todos os municípios.

O percentual de receitas externas em 2023 era de 37,24%, o que o colocava na posição 612 de 645 entre os municípios do estado e, nacionalmente 5166 de 5570. Em 2023, o total de receitas realizadas foi de R\$ 4.328.935.144,45 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R\$ 4.591.046.005 (x1000). Isso deixa o município nas posições 8 e 7 de 645 entre os municípios do estado e na 23 e 20 de 5570 entre todos os municípios.

Turismo e serviços têm importante representatividade no município, mas o Porto é o principal canal de entrada e saída de cargas do Brasil é o maior gerador de receita e renda para a cidade.

O PIB influencia diretamente a renda per capita no município, fazendo com que Santos figurasse com o sexto melhor Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil Municipal (IDHM).

A partir da média geométrica das três dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (renda, longevidade e educação) é realizado o cálculo. O IDHM de Santos é 0,84, o que é considerado alto.



Fonte: Atlas Brasil

O índice GINI é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

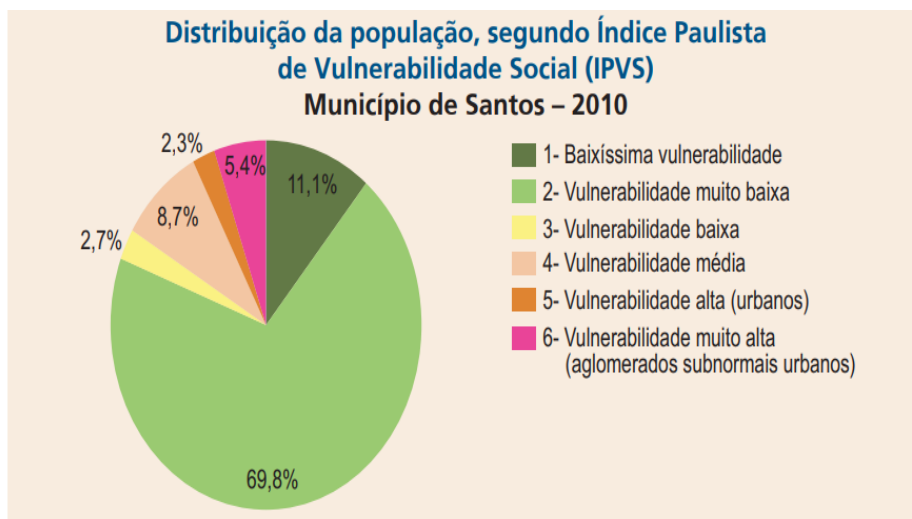
Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda. O índice Gini de Santos é de 0,55.

4.3. Aspectos Sociais

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), utilizado pela Fundação SEADE, é um indicador que avalia a vulnerabilidade social no estado de São Paulo, com base em variáveis como renda, escolaridade e ciclo de vida familiar.

O índice de vulnerabilidade de Santos, conforme dados da Fundação SEADE, indica que 11,1% da população reside em áreas de baixíssima vulnerabilidade, enquanto 5,4% reside em áreas de muito alta vulnerabilidade. Dentre os municípios da Baixada Santista, Santos tem uma das maiores concentrações de pessoas em áreas de muito alta vulnerabilidade.

É importante notar que a definição de vulnerabilidade pode variar entre diferentes estudos e contextos, mas o IPVS é um referencial importante para entender as desigualdades sociais no estado de São Paulo.



Fonte: Fundação SEADE – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social/IPVS

4.4. Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades – “Alimenta Cidades”

A Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades, instituída pelo Decreto nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023, tem como objetivo ampliar a produção, o acesso, a disponibilidade e o consumo de alimentos adequados e saudáveis, com foco prioritário nos territórios urbanos periféricos e nas populações em situação de vulnerabilidade e risco social.

Estratégia implementada em municípios prioritários, por meio de ações induzidas e apoiadas pelo Governo Federal, articuladas com iniciativas locais que considerem o contexto específico de cada território. Estima-se que mais de 64 milhões de pessoas residam nessas cidades, e o foco principal será nas áreas periféricas, de forma a garantir o acesso da população mais vulnerabilizada a alimentos de qualidade.

O município de Santos-SP foi identificado como prioritário por atender ao critério de possuir população igual ou superior a 300 mil habitantes, conforme o Censo Demográfico do IBGE de 2022, e por estar entre os vinte municípios com maior número de pessoas em situação de rua, segundo dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de janeiro de 2024. Nessa condição, Santos aderiu à Estratégia Alimenta Cidades, com o intuito de fortalecer suas políticas públicas voltadas ao acesso e consumo de alimentos saudáveis.

Como parte do compromisso assumido na Rota de Implementação da Estratégia, foi realizada nos dias 23 e 24 de março de 2025 uma oficina presencial de consolidação

do diagnóstico e identificação de prioridades, no município de Santos, para a implementação da Estratégia.

A Estratégia Alimenta Cidades é coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), em parceria com o Ministério das Cidades, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A implementação ocorre no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), visando o enfrentamento da Insegurança Alimentar (INSAN) nos municípios brasileiros. Entre as ações previstas, destacam-se:

- o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana;
- a redução de perdas e desperdícios de alimentos;
- o fortalecimento das Cozinhas Solidárias;
- e ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), integradas aos sistemas de saúde, assistência social e segurança alimentar e nutricional.

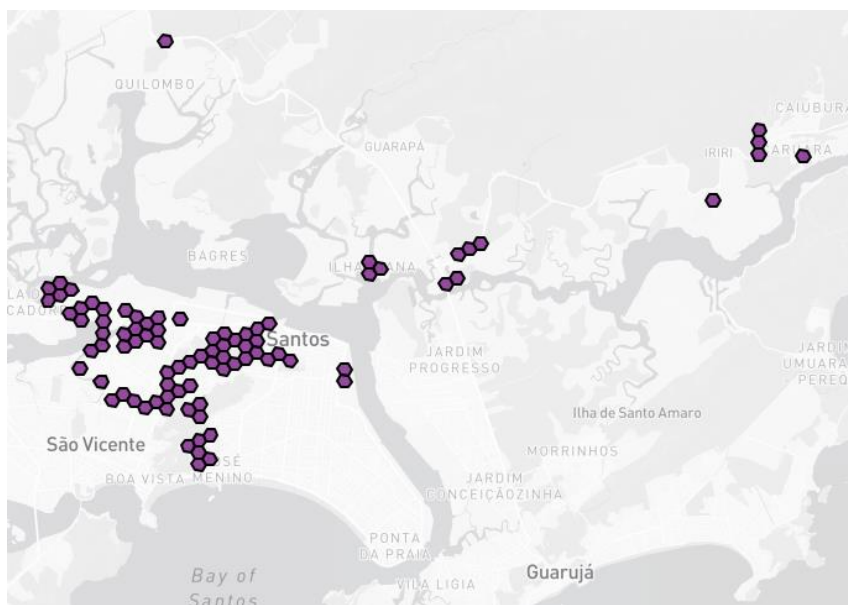
4.5. Desertos Alimentares

São áreas, geralmente rurais ou urbanas, onde o acesso a alimentos saudáveis é limitado ou inexistente. Isso significa que os moradores têm dificuldade ou impossibilidade de obter alimentos frescos, como frutas, verduras e legumes, na sua proximidade, obrigando as pessoas a percorrer longas distâncias para comprá-los.

A falta de infraestrutura (lojas, mercados) e a alta do preço dos alimentos saudáveis em relação ao poder de compra dos moradores, causa insegurança alimentar, dietas inadequadas, aumento da obesidade e de doenças crônicas.

O mapa abaixo apresenta as áreas geográficas onde a população tem acesso restrito a alimentos saudáveis e, que carecem de estabelecimentos comerciais, que fornecem produtos frescos.

Mapa 2 – Desertos Alimentares do município de Santos/SP, 2025



Fonte: REDUS, Oficina Alimenta Cidades, 2025

Os indicadores de desertos alimentares do município estão apontados abaixo:



Fonte: REDUS, Oficina Alimenta Cidades, 2025

4.6. Pântanos alimentares

Pântanos alimentares são áreas onde a oferta de alimentos ultraprocessados, ricos em sódio, açúcar, gordura e aditivos, é predominante em relação a alimentos saudáveis. São como zonas inundadas por produtos pouco saudáveis, facilitando a escolha de opções com baixo valor nutricional.

Enquanto os desertos alimentares são áreas onde há escassez ou impossibilidade de acesso a alimentos saudáveis, os pântanos alimentares são áreas onde há excesso de alimentos ultraprocessados.

A fácil disponibilidade de alimentos pouco saudáveis pode contribuir para a má alimentação e o aumento do risco de doenças crônicas.

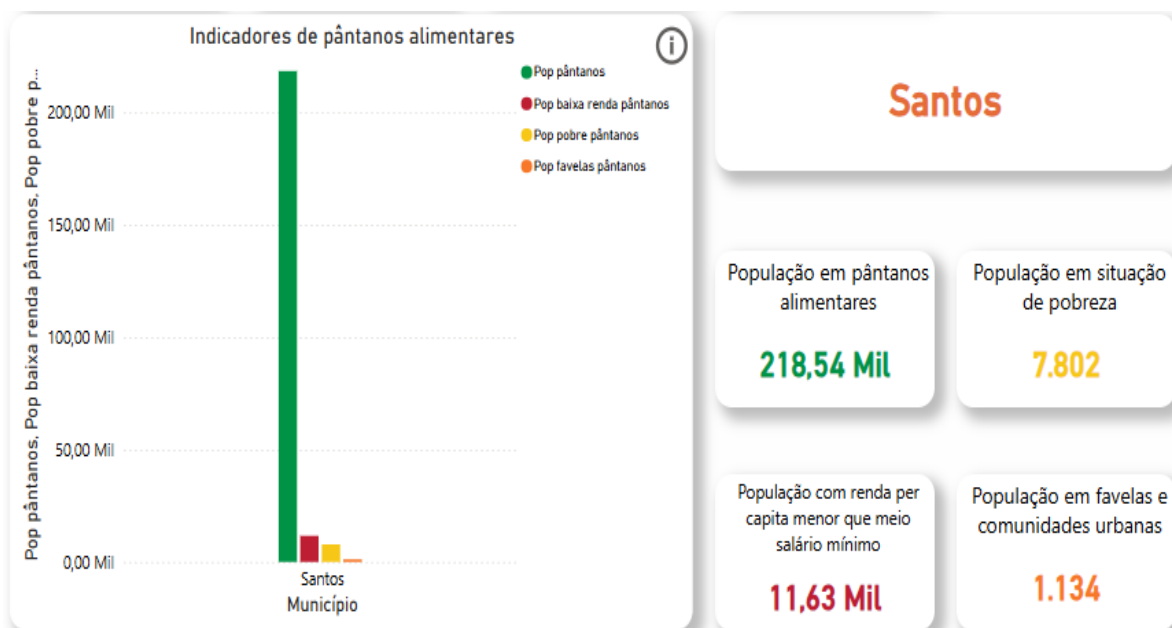
O mapa abaixo apresenta as áreas geográficas onde a maior oferta de alimentos ultraprocessados.

Mapa 3 – Pântanos Alimentares do município de Santos/SP, 2025



Fonte: REDUS, Oficina Alimenta Cidades, 2025

Os indicadores de pântanos alimentares do município estão apontados abaixo:



Fonte: REDUS, Oficina Alimenta Cidades, 2025

A seguir são apresentados os programas e ações direcionados para as áreas de SAN em diferentes secretarias da administração municipal.

5. PROGRAMAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Santos (SEDS) atua de forma contínua para a promoção da proteção social aos indivíduos e famílias que dela necessitam, prioritariamente aqueles em situação de risco e vulnerabilidade social, oferecendo provisões socioassistenciais por meio de serviços, programas, projetos e benefícios, com o objetivo de atender às necessidades básicas e promover a convivência familiar e comunitária de seus usuários.

O município de Santos aderiu ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em 2024, com o objetivo de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

5.1. Inclusão Social

Oferece uma variedade de cursos nas áreas de alimentação, beleza e moda, voltados para pessoas em situação de vulnerabilidade social. O foco é promover o empreendedorismo e facilitar a inclusão no mercado de trabalho, contribuindo igualmente para as metas dos ODS 01, 02, 10, 11, 12 e 17.

I - Vila Gastronômica, em implantação, um espaço planejado para fomentar o empreendedorismo, a valorização da culinária regional e a integração entre produtores, comerciantes e consumidores. Este projeto integrará as ações de capacitação, criando novas oportunidades de negócios e consolidando um ambiente propício à inovação e à sustentabilidade alimentar.

II – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos instituído pelo artigo 19 da Lei Federal nº 10.696/2023, regulamentado pela Lei Federal nº 14.628 que integra o SISAN. Executado a nível nacional, o programa tem a finalidade de promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, através da compra de alimentos por dispensa de licitação, fomentando assim a estruturação da produção, biodiversidade, cooperativismo e associativismo. Além de incentivar hábitos à alimentares saudáveis, sob

a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável. Os alimentos são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar atendidas pela rede socioassistencial.

Atualmente, encontra-se em processo de adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a ser executado por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS). O programa busca, simultaneamente, fortalecer a produção da agricultura familiar, ampliar o acesso da população a alimentos saudáveis e contribuir para a redução da insegurança alimentar no território.

III - Restaurantes Populares

O Restaurante Bom Prato, iniciativa estadual, destinada a oferta de refeições nutricionalmente adequadas, desempenha um papel fundamental na promoção da segurança alimentar e da inclusão social, ao oferecer refeições de qualidade a preços acessíveis, garantindo que a população de baixa renda tenha acesso a uma alimentação adequada e nutritiva. Essa iniciativa contribui para a redução da insegurança alimentar, promovendo o bem-estar e a saúde da comunidade, assim como, contribui de forma significativa para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e para o fortalecimento do tecido social local.

Uma ação de Segurança alimentar e Nutricional, os restaurantes populares Bom Prato apresentam-se como importante instrumento de redução das despesas de indivíduos e famílias, prioritariamente em situação de pobreza e extrema pobreza.

A primeira unidade fixa foi implantada em 2005, na região do mercado municipal e hoje o município conta com mais 3 unidades fixas localizadas na zona noroeste, morro e Vila Gilda. Conta também com e 2 unidades móveis.

- *Restaurante Bom Prato Mercado*
- *Restaurante Bom Prato Morros*
- *Restaurante Bom Prato Zona Noroeste.*
- *Restaurante Bom Prato Vila Gilda*

Unidades Móveis:

- *Morro Nova Cinta*
- *Valongo*

IV – Banco de Alimentos

Adicionalmente, a equipe técnica de segurança alimentar da SEDS encontra-se em fase de estudos para a implantação de um Banco de Alimentos, com o propósito de estruturar ações contínuas de combate ao desperdício e promoção do acesso regular e adequado aos alimentos.

5.2. Programas de Transferência de Renda

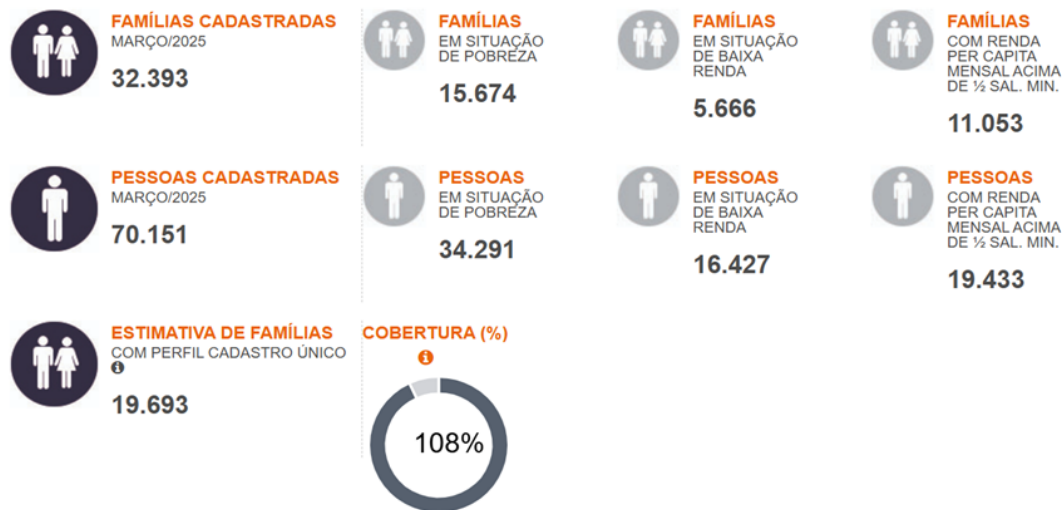
I - Cadastro Único para Programas Sociais

O Cadastro Único constitui a principal porta de entrada para o recebimento de benefícios dos programas sociais do Governo Federal. Trata-se de um instrumento que identifica e caracteriza as famílias, com prioridade para aquelas cuja renda mensal per capita seja de até meio salário mínimo ou cuja renda familiar total seja de até três salários mínimos. Ressalta-se que famílias com renda superior podem ser cadastradas caso sua inclusão esteja vinculada à participação em programas sociais implementados em âmbito federal, estadual ou municipal.

Segundo o Relatório de Informações Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social, no município de Santos, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em março de 2025 é de 32.393, entre as quais:

Tabela 1 – Dados de Cadastro Único (2022) do município de Santos, São Paulo

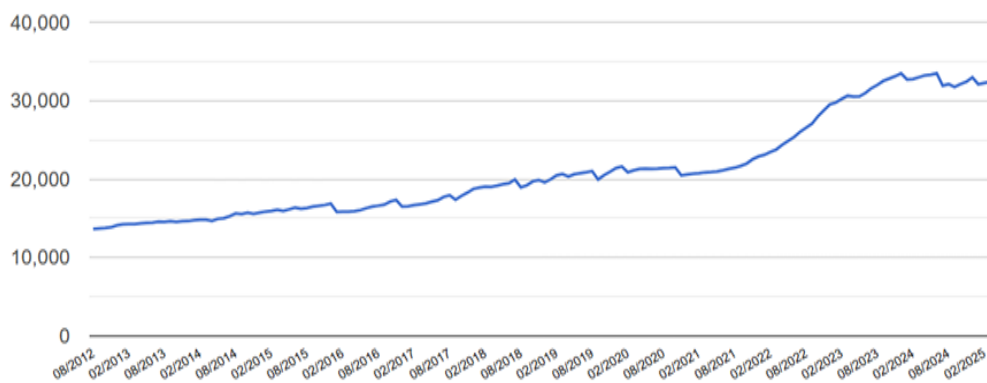
CADASTRO ÚNICO ⓘ



FONTE: IBGE, Censo Demográfico - 2022

O gráfico abaixo apresenta a evolução da quantidade de cadastros na Base Local do Cadastro Unico em Santos.

Gráfico 2 - Informação Social do período de 2012 a 2025 do município de Santos, Ministério do Desenvolvimento Social.



Fonte: Matriz de Informação Social – SAGI/MDS, 2025.

Vale destacar que, de acordo com o Relatório de Informação – RI do Governo Federal, a estimativa de famílias em situação de pobreza com perfil para inclusão no município de Santos, em março de 2025, é de 19.693 famílias.

Cabe ressaltar que, segundo o relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 2024, o cenário econômico brasileiro apresentou crescimento, embora com nuances e desafios. O Produto Interno Bruto (PIB) do país cresceu 3,4% em 2024, a maior alta desde 2021. No entanto, esse crescimento foi acompanhado por um aumento na inflação, que, embora controlada, permanece em níveis elevados.

Para ilustrar, em 2024, a base local do Cadastro Único para Programas Sociais, porta de entrada para os serviços, projetos, programas e benefícios da Assistência Social, registrou um aumento de aproximadamente 3,3% na inclusão de novas famílias. Ainda que esse crescimento também esteja relacionado à ampliação da capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDS), é inevitável perceber que há uma relação entre a pobreza, a crise política e econômica e o aumento da demanda por serviços de Assistência Social.

Utilizamos das informações do CADUNICO para programas sociais (Federal e Municipal) com base de dados para conhecer quem são as famílias em condições de pobreza e extrema pobreza.

II - Programas de Transferência de Renda Municipais:

- Vovô Sabe Tudo
- Programa Nossa Família (PNF)
- Programa de Valorização Jovem (PVJ)
- Programa Novo Rumo
- Programa de Inclusão Cidadã (Fênix)
- Programa Guarda Subsidiada.

II - Programa de Transferência de Renda Federal:

- Programa Bolsa Família (PBF)

O Programa Fome Zero, cujo objetivo principal é combater a fome e garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), abrange ações e programas que atuam tanto nas causas estruturais da fome — como reforma agrária, agricultura familiar, educação e emprego — quanto em ações emergenciais de acesso a alimentos.

O PBF foi estruturado para focalizar a população em situação de pobreza e extrema pobreza, sendo implementado no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) dos municípios, por meio de uma gestão descentralizada. O Cadastro Único para Programas Sociais (CADUNICO) é utilizado como instrumento de busca ativa e acompanhamento das famílias titulares de direito ao benefício.

É importante destacar que o Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do Brasil. Além de garantir renda às famílias em situação de pobreza, busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. O programa visa promover a dignidade e a cidadania, atuando também por meio de ações complementares articuladas com outras políticas, como esporte, ciência e trabalho, contribuindo para a superação da pobreza e a transformação social.

O Bolsa Família também desempenha papel fundamental na segurança alimentar e no direito à alimentação adequada, contribuindo para a redução da fome e da pobreza no país. Em maio de 2025, no município de Santos, 14.520 famílias foram atendidas pelo programa, beneficiando 35.859 pessoas, com um benefício médio de R\$ 658,19.

Este programa está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente na promoção dos direitos humanos e na redução das desigualdades. A erradicação da fome, de todas as formas de desnutrição e a garantia de acesso a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano são metas contempladas no segundo objetivo dos ODS. Compreende-se que a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição são frutos de um contexto social desfavorável e de desigualdades sociais. Logo, para que ela seja combatida, há a necessidade de ações públicas efetivas, como a política de transferência de renda.

Nas últimas décadas, ¹ diversos estudos buscaram compreender os impactos do Programa Bolsa Família (PBF) sobre o acesso à alimentação, a qualidade da dieta e os indicadores de nutrição e saúde em diferentes fases do ciclo de vida. Essas investigações exploram múltiplas dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), evidenciando a relevância do programa no enfrentamento das desigualdades alimentares no Brasil.

Os resultados apontam para uma maior prevalência de insegurança alimentar entre famílias beneficiárias do PBF. Essa constatação, longe de indicar a ineficácia do programa, evidencia seu foco em populações em situação de extrema vulnerabilidade social, reforçando o caráter focalizado da política pública — direcionada, portanto, àqueles que historicamente tiveram negado o acesso regular e suficiente a alimentos em quantidade e qualidade adequadas.

Considerando o contexto de pobreza extrema vivenciado por grande parte das famílias atendidas, é compreensível que a insegurança alimentar ainda se manifeste de forma significativa entre esse público. Entretanto, os dados também sugerem que, apesar da persistência de dificuldades, o programa tem contribuído para mitigar os efeitos mais severos da fome.

Diante do atual cenário de agravamento da crise socioeconômica — caracterizado pela elevação dos preços dos alimentos, retração do mercado formal de trabalho e implementação de políticas de austeridade —, mais de 33 milhões de brasileiros enfrentam insegurança alimentar grave, com seu DHAA diretamente violado. Nesse contexto, reforça-se a relevância do PBF (e de políticas similares) como estratégia efetiva de ampliação do acesso à alimentação e de redução da fome.

Assim, inserido no marco das políticas de SAN, o PBF configura-se como um instrumento essencial para a garantia do direito de estar livre da fome, contribuindo para o fortalecimento da autonomia alimentar das famílias e a melhoria das condições alimentares e nutricionais da população brasileira.

III - Benefício de Prestação Continuada - BPC

O Benefício de Prestação Continuada – BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade.

Visa a garantia dos mínimos sociais, contribuindo também para o enfrentamento da pobreza.

IV - Benefícios Eventuais

Regulamentado pela Resolução Normativa nº 792 de 2020, do Conselho

Municipal de Assistência Social, os Benefícios Eventuais são modalidades de provisão de Proteção Social de caráter suplementar e temporário, concedidos diretamente aos usuários, mediante parecer técnico do profissional da Política de Assistência Social.

Dentre os benefícios previstos está o auxílio Alimentação, para complementar a alimentação fornecida para criança, idoso, gestante e nutriz, compreendendo os itens da cesta básica.

6. PROGRAMAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

A **rede pública municipal** conta, atualmente, com 86 unidades para atender à Educação Básica. A Educação Infantil é oferecida em 45 unidades, com **6.169 alunos, sendo 3.058** alunos de 0 a 3 anos e **3.111** alunos de 4 a 5 anos matriculados, conforme dados do Sistema GIER com data-base em abril de 2025.

O Ensino Fundamental, ampliado para 9 anos desde 2006, atende crianças a partir dos 6 anos completos. Ao todo, são atendidos 18.334 alunos, atendidos em 41 Unidades. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é oferecida em 9 unidades que atendem 521 alunos. A Secretaria de Educação oferece na modalidade de Jovens e Adultos a metodologia EJA Digital, presencial aos alunos do Ciclo II (Plano Municipal de Educação, 2015).

6.1. Cardápios

Os cardápios da Alimentação Escolar seguem a determinação da resolução federal nº 06/2020 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com relação à oferta de energia, fornecimento de frutas e legumes e restrição de alimentos ricos em açúcar e gorduras. Além disso, respeitam o hábito alimentar local, com oferta de alimentos que fazem parte da cultura da região.

São ofertadas, no mínimo, duas refeições para os alunos de período parcial e até 4 refeições para os alunos das creches e de educação Infantil de Período Integral. A resolução federal nº 06/2020, impôs algumas alterações importantes na oferta dos alimentos servidos nos lanches intermediários, por exemplo, pães e biscoitos só podem ser servidos 3 vezes por semana para os alunos do período parcial e 7 vezes por semana para os alunos do período integral. As frutas são servidas 2 vezes por semana para os alunos do período parcial e de 3 a 5 vezes por semana para os alunos do período integral. Cumpre destacar que não é servido nenhum tipo de embutido (salsicha, linguiça, presunto) e nem frituras aos alunos.

A referida Resolução Federal determinou ainda a proibição de oferta de alimentos ultraprocessados nas Unidades de Atendimento da Primeiríssima Infância (até 3 anos de idade). Essas unidades de ensino também estão preparadas para o recebimento de Leite

Materno de mães que demonstrem interesse em manter o aleitamento materno durante a permanência da criança na Unidade de Ensino.

Os cardápios da Alimentação Escolar, além de respeitarem o estipulado na resolução federal nº 06/20, acompanham a determinação da Lei Municipal nº 3.264 de 10 de maio de 2016 que instituiu o Programa Segunda Sem Carne, com grande impacto no atendimento aos alunos. Sendo assim, em substituição aos alimentos cárneos ofertamos preparações à base de ovos e estudamos a oferta de refeições sem nenhum tipo de alimento de origem animal.

Contudo, ainda enfrentamos grande resistência por parte dos alunos. Toda segunda-feira, é oferecida uma fruta rica em vitamina C, com o objetivo de aumentar a biodisponibilidade do ferro da refeição, conforme determinação do artigo nº 18, parágrafo 4º da referida legislação.

6.2 Avaliação do Estado Nutricional e Educação Nutricional

A Avaliação Nutricional dos alunos é realizada pelos nutricionistas da Secretaria de Educação, conforme cronograma anual pré-estabelecido pela equipe da Coordenadoria de Merenda Escolar (COMERE).

Na Avaliação Antropométrica realizada em 9 unidades de ensino fundamental da Prefeitura de Santos, no exercício de 2024, 31,5% dos alunos apresentavam excesso de peso (sobrepeso + obesidade). A classificação nutricional foi feita com base no índice de Massa Corporal para a idade, de acordo com a Classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2006 e 2007.

6.3 Boas Práticas na Produção dos Alimentos

Os manipuladores de alimentos da Secretaria de Educação recebem treinamento *in loco*, mensalmente, com orientações padronizadas e pré-definidas pela equipe de nutricionistas da COMERE.

Dessa forma, temos acompanhado boa adesão às orientações e maior interação entre os colaboradores com as nutricionistas.

6.4 Atendimento aos Alunos com Necessidades Nutricionais Específicas

Caso algum aluno da Rede Municipal de Ensino seja portador de patologia ou condição clínica que necessite alteração da alimentação servida, o nutricionista responsável pelo atendimento da Unidade solicitará a Prescrição Médica/Nutricional com a descrição da restrição para que possa verificar a melhor forma para o atendimento.

Os casos mais prevalentes em 2024 foram de intolerância à lactose e alergia à proteína do leite de vaca (APLV). Contudo, o número de crianças com seletividade alimentar aumentou 18% em relação ao ano de 2023, representando um grande desafio para o atendimento em ambiente escolar, principalmente para aqueles alunos que permanecem em período integral e, que precisam receber 70% das necessidades diárias de energia e macronutrientes.

7. PROGRAMAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE FINANÇAS E GESTÃO

O desenvolvimento econômico e a segurança alimentar estão diretamente relacionados, uma vez que o crescimento econômico afeta o acesso da população a alimentos de boa qualidade e em quantidade adequada. Quando a economia do município cresce, a renda das famílias aumenta, o que possibilita que mais pessoas possam comprar alimentos saudáveis.

As feiras livres são extremamente importantes para o município, auxiliam na promoção da economia local, incentivam a agricultura familiar e oferecem aos moradores acesso a alimentos frescos, de qualidade e a preços acessíveis. Além disso, elas fortalecem a cultura e a convivência comunitária, criando um espaço de troca e interação entre produtores e consumidores. Dessa forma, as feiras livres contribuem para o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar.

Atualmente as feiras livres estão distribuídas por 21 bairros no município, a Secretaria de Finanças e Gestão atua na emissão do alvará de funcionamento para os feirantes. Cada feirante está autorizado a comercializar apenas os produtos do ramo que consta na sua licença. Isso é importante para manter a organização, garantir a diversidade de produtos e respeitar o espaço e o trabalho de todos os colegas.

Locais onde ocorrem as feiras livres no município de Santos:

1. Aparecida

TER - 7h às 12h - Rua Frei Francisco Sampaio e Rua Jurubatuba

QUA - 7h às 12h - Pça. Nossa Senhora Aparecida

DOM - 7h às 12h30 - Rua Ricardo Pinto (entre a Av. Pedro Lessa e Rua Guaiaó)

2. Boqueirão

TER - 7h às 12h - Rua Osvaldo Cruz e Travessa Rua Dom Lara (entre a Av. Eptácio Pessoa e Rua Amilcar Mendes Gonçalves)

3. Castelo

SÁB - 7h às 12h30 - Av. Afonso Schimidt (entre as ruas Armando A. Alcântara e Marcos Vendramini)

4. Embaré

QUI - 7h às 12h - Av. Pedro Lessa (entre a Av. Sen. Dantas e Rua Frei Vital)

SÁB - 7h às 12h30 - Rua Delfin Moreira e Travessas Rua Vergueiro Steidel e Rua Ministro João Mendes (entre as ruas Frei Francisco Sampaio e Conselheiros Ribas)

5. Encruzilhada

QUA - 7h às 12h - Rua Cunha Moreira (entre avenidas Senador Feijó e Ana Costa)

6. Estuário

QUA - 7h às 12h - Rua Santos Dumont (entre a Pça. Fernandes Prestes e o Clube de Futebol Society)

DOM - 7h às 12h30 - Rua Cardeal Arcoverde e Travessa Rua Cidade de Antióquia (entre a Av. Afonso Pena e Rua Cardeal Arcoverde)

7. Gonzaga

DOM - 7h às 12h30 - Rua Vidal Sion (entre a Av. Ana Costa e Rua Senador Feijó)

8. Jabaquara

DOM - 7h às 12h30 - Av. Rangel Pestana (entre a Rua Gastão Vidigal e Av. Manoel Ferramenta Jr.)

9. José Menino

QUA - 7h às 12h - Rua Rio Grande do Sul (entre as ruas Newton Prado e Santa Catarina)

10. Macuco

SEX - 7h às 12h - A. Cons. Rodrigues Alves e travessa Rua Batista Pereira

11. Marapé

TER - 7h às 12h - Rua Dom Duarte Leopoldo e Silva (entre as ruas Alfredo Albertini e São Judas Tadeu)

12. Pompeia

SÁB - 7h às 12h30 - Rua Marquês de São Vicente (entre o Canal 2 - Estação do VLT - ao Canal 1, próximo do Sideral)

13. Ponta da Praia

SEX - 7h às 12h - Av. dos Bancários e travessa da Rua República do Peru (entre a Pça Coração de Maria e Av. Gen. San Martin)

14. Rádio Clube

DOM - 7h às 12h30 - Rua Roberto Silveira (lado esquerdo da Pça. Dr. Jerônimo de La Terza)

15. Saboó

QUI - 7h às 12h - Rua Renata Câmara Agondi

16. Santa Maria

QUA - 7h às 12h - Rua Indalécio de Arruda Costa (entre as ruas Adriano C. Tourinho e Pascoal Lembo)

17. São Manoel

SEX - 7h às 12h - Rua Prof. Francisco Meira (entre as ruas Mário Gracho e Silvio Penteado Guimarães)

18. Valongo

DOM - 7h às 12:30 - Rua Visconde do Embaré

19. Vila Belmiro

QUI - 7h às 12h - Rua Pedro Álvares Cabral e travessas das ruas Conselheiro Zacarias e D. Pe. I (entre as ruas Carvalho de Mendonça e Reinaldo Porchat)

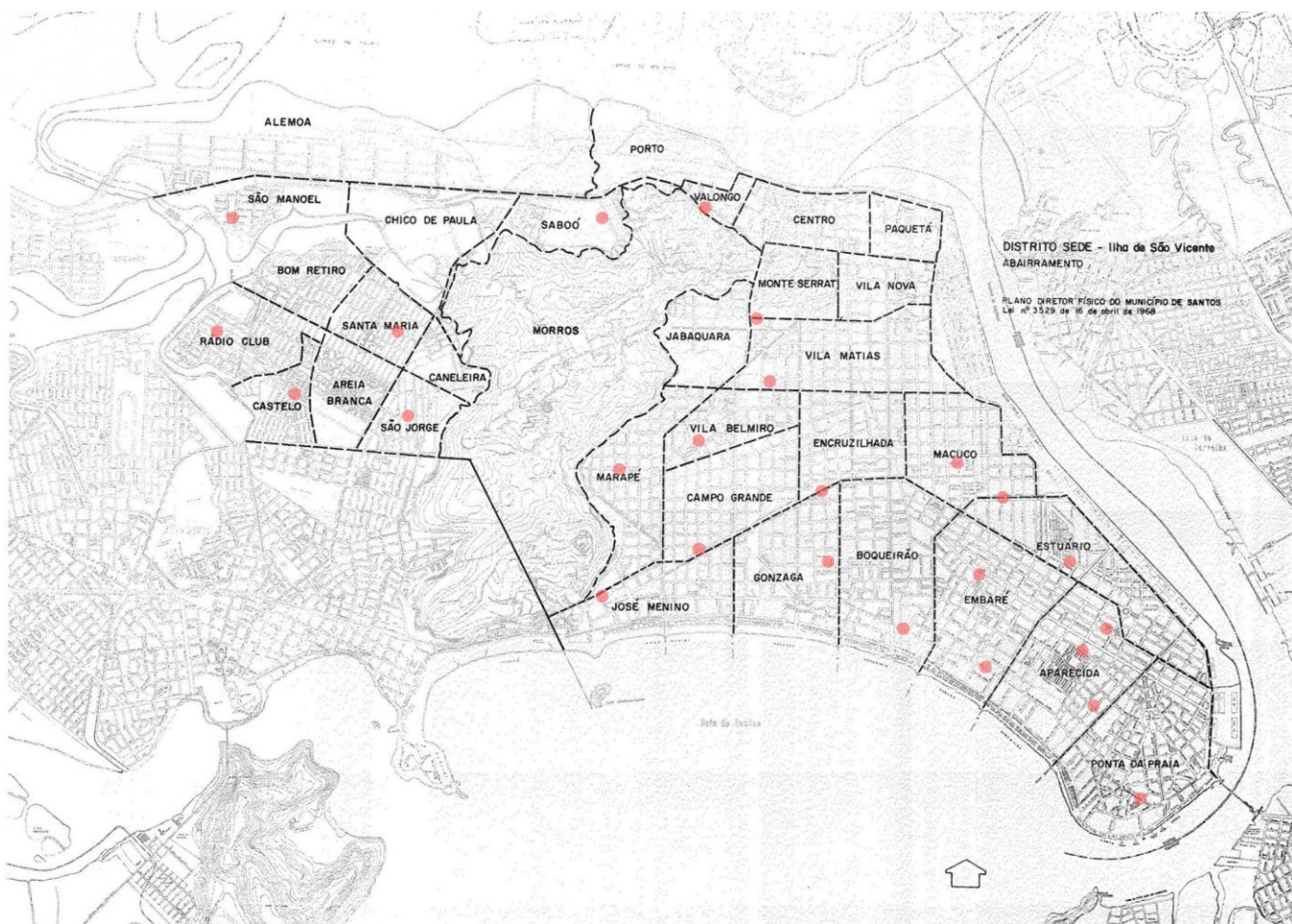
20. Vila Mathias

TER - 7h às 12h - Rua Prudente de Moraes (entre as avenidas Sen. Pinheiro Machado e Antônio Bento)

21. Vila São Jorge

SEX - 7h às 12 h - Rua Domingos José Martins (entre as ruas Jorge Manhaime e Eduardo Alves)

Mapa 4 – Localização das feiras livres no município de Santos



Fonte: Prefeitura de Santos

8. PROGRAMAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE

A Secretaria de Saúde de Santos tem diversas Unidades que atendem a saúde primária, secundária e terciária.

No que diz respeito à assistência a saúde, o município oferece acompanhamento nutricional para os pacientes em todas as fases da vida e, sempre, de acordo com o diagnóstico, sejam elas crônicas e/ou nutricionais, mediante o encaminhamento realizado pelos profissionais de saúde, de todas as categorias em todos os níveis de atenção.

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) tem um conjunto de políticas públicas que objetivam respeitar, proteger e prover o direito humano à saúde e à alimentação. No Sistema Único de Saúde o foco é a vigilância, promoção, prevenção e cuidado integral aos agravos relacionados à alimentação e nutrição, sempre integradas às demais ações de saúde nas redes de atenção, sendo ordenadora das ações a Atenção Primária à Saúde.

Uma das diretrizes da PNAN é monitorar a situação alimentar e nutricional da população por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), o que ocorre no município, principalmente, na população inserida no Programa Bolsa Família.

A Atenção Primária é uma estratégia de organização da atenção no SUS, voltada para responder de forma regionalizada, contínua e sistematizada à maior parte das necessidades de saúde de uma população, integrando ações preventivas e curativas, bem como a atenção a indivíduos e comunidades. A atenção primária em saúde é conhecida como a "porta de entrada" dos usuários nos sistemas de saúde, ou seja, é o atendimento inicial.

No município é composta pelas policlínicas que atendem tanto no formato de saúde tradicional quanto em estratégia de saúde da família (ESF), tendo uma cobertura de 74% do território. Contam também com o suporte de equipes multidisciplinares que são compostas por profissionais de diferentes áreas de conhecimento, que devem atuar de maneira integrada e apoiando os profissionais das ESF, compartilhando as práticas e saberes em saúde nos territórios sob suas responsabilidades, sendo que são compostas por: nutricionistas, psicólogos, assistentes sociais, educadores físicos, fisioterapeutas, farmacêuticos.

As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes e na manutenção da saúde da comunidade, funcionando, portanto, como um filtro capaz de organizar o fluxo dos serviços nas redes de saúde, dos mais simples aos mais complexos.

Ainda dentro da Atenção Primária estão o Serviço de Atendimento Domiciliar e o Consultório da Rua.

À nível secundário estão os serviços especializados que compõe os ambulatórios de especialidades, clínica do autista, atendimento de risco às gestantes, centro de reabilitação, centro de especialidades odontológicas, dentre outros.

Os serviços terciários englobam as Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) e os hospitais.

A Secretaria de Saúde tem por finalidade realizar diagnóstico alimentar e nutricional da população, elaborar materiais de apoio pedagógico, criar campanhas de conscientização e promoção da alimentação saudável, educação alimentar e nutricional voltadas para a linha de cuidados do sobrepeso e obesidade e doenças crônicas.

É fundamental reconhecer o papel da Vigilância Alimentar e Nutricional em proporcionar o diagnóstico local e oportuno dos agravos alimentares e nutricionais, bem como a identificação de fatores de risco ou proteção, tais como o aleitamento materno e a introdução da alimentação complementar.

8.1. Saúde da Criança

As ações preveem a atenção integral à saúde da criança, que inicia com a atenção ao pré-natal oferecida na Atenção Primária e no Instituto da Mulher e Gestante quando o pré-natal é de alto risco.

O Agente Comunitário de Saúde é de grande importância no monitoramento das crianças. Caso a mãe com seu bebê não compareçam à consulta, ele pode realizar a busca ativa e orientar a mãe para a importância de cuidados essenciais com o bebê e o seu acompanhamento pela equipe de saúde.

O incentivo ao aleitamento materno exclusivo e sob livre demanda é realizado desde a concepção do bebê até os seis meses de vida. Ocorre durante as consultas com a equipe das unidades, em grupos específicos para gestantes e, também, nos de aleitamento materno. Nessas oportunidades todas as dúvidas são sanadas, bem como demonstrar para a mãe e seus acompanhantes a importância dessa prática para o desenvolvimento do bebê

e, também, como medida protetiva à saúde.

Ainda durante esses encontros, o assunto relacionado a alimentação complementar adequada compartilhada com o incentivo ao aleitamento materno até os dois anos de idade é abordado, sempre adequando o tema a cada família de acordo com as crenças, disponibilidade de alimentos, vulnerabilidade, dentre outros aspectos.

8.2. Programa Saúde na Escola (PSE)

O PSE, instituído pelo Decreto Presidencial nº 6286/2007, surgiu como uma política intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação, na perspectiva da atenção integral (prevenção, promoção, atenção e formação) à saúde das crianças, adolescentes e jovens do ensino público.

O PSE vem contribuir para o fortalecimento de ações na perspectiva do desenvolvimento integral e proporcionar à comunidade escolar a participação em programas e projetos que articulem saúde e educação, para o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens brasileiros. Essa iniciativa reconhece e acolhe as ações de integração entre saúde e educação já existentes e que tem impactado positivamente na qualidade de vida dos educandos.

8.3. Programa Bolsa Família

A Secretaria Municipal de Saúde é responsável pelo acompanhamento das condicionalidades da saúde.

O acompanhamento na Saúde das famílias do Programa Bolsa Família, envolve prioritariamente o acompanhamento de:

- **Crianças menores de 7 anos**: Calendário Vacinal e Crescimento e Desenvolvimento (Peso e Estatura);
- **Mulheres de 14 a 44 anos** (*período considerado pela OMS como idade fértil*):
Acompanhamento da saúde da mulher – Peso, Estatura e Informação gestacional;
- **Gestantes**: Acompanhamento do Pré-Natal.

A unidade deve encaminhar mensalmente a planilha de gestantes do Bolsa Família

que deram abertura no pré-natal, para que elas possam receber o benefício, durante no período da gestação (9 meses) e nutriz (6 meses).

9. PROGRAMAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTABILIDADE

Dada a complexidade e interdependência das relações humanas com a natureza, todas as ações que buscam promover a cultura da sustentabilidade contribuem, direta ou indiretamente, para a segurança alimentar e nutricional (SAN). As qualidades da água, do ar e do solo são básicas para a promoção da saúde humana. A promoção da segurança alimentar e nutricional está diretamente ligada à saúde do planeta, aos nossos hábitos culturais e à inclusão social, o que traz a importância da promoção da educação ambiental e da justiça socioambiental. Neste sentido, as questões da SAN se apresentam de forma transversal nas diferentes ações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAM), tais como: gestão de resíduos, fiscalização e controle da poluição, conservação da biodiversidade, educação ambiental, promoção do ecomercado, da ecocidadania, da ecoeficiência e fundos públicos de apoio aos projetos socioambientais.

Neste plano vamos apresentar as atividades entendidas como mais especificamente ligadas às práticas de educação alimentar, produção (incluindo a compostagem e a agricultura urbana), comercialização e distribuição e melhor aproveitamento de alimentos.

9.1 O trabalho nos Parques

No contexto de sua vocação institucional, damos ênfase ao trabalho desenvolvido nos Parques de Santos, especialmente no Jardim Botânico Municipal de Santos “Chico Mendes”, no Orquidário Municipal de Santos e no Aquário Municipal de Santos, dentro das áreas de compostagem, agroecologia urbana e promoção ao consumo de alimentos orgânicos.

O Jardim Botânico Municipal de Santos “Chico Mendes”, inaugurado em setembro de 1994, tem criado programas e ações nas áreas de pesquisa, educação ambiental e conservação da biodiversidade, com foco crescente na promoção das práticas agroecológicas, com base em princípios de permacultura e educação popular. Atualmente o parque desenvolve três grandes ações na área de SAN:

1) O programa Quem Planta Colhe, desenvolvido no final de 2020, como remodelação do Programa Horta Ecológica, criado em 2010, em parceria com a Casa da

Agricultura de Santos, que incentiva a formação de círculos de aprendizagem e de processos colaborativos e autogestionados em práticas de horta, jardinagem, compostagem, minhocultura, viveiro de mudas e agrofloresta. Os participantes trocam experiências, cooperam na organização dos espaços e do planejamento dos momentos de convívio, de excursões, mutirões, e oficinas oferecidas para o público em geral. O programa acontece às quintas-feiras das 14h às 16h00 horas (mais informações sobre a inscrição no programa podem ser obtidas na administração do Jardim Botânico, de segunda a sexta, exceto feriados, das 8h00 às 17h00, pelo fone: 3203-2905).

A interação com as práticas de cultivo tem propiciado experiências de aprendizagem e convívio social, sendo apontado por muitos integrantes como um momento terapêutico de contato com a terra e de construção de novas amizades.

As práticas têm promovido a instalação de espaços de agricultura urbana nas residências, escolas, sítios e no próprio Jardim Botânico. Os cultivos são realizados em canteiros do viveiro de mudas do parque e a colheita é distribuída para os praticantes e para os visitantes (no caso de excedentes).

2) O Centro de Aprendizagem em Compostagem e Agricultura Urbana (CACAU (vide item 9.3.3) do Jardim Botânico de Santos, que foi organizado inicialmente por intermédio de mutirões do Composta Santos (vide item 9.3) e vem sendo conduzido pelas equipes de Educação Ambiental e de Jardinagem do Jardim Botânico, e pelos beneficiários do Programa Vovô Sabe Tudo, com apoio dos integrantes do Quem Planta Colhe e da equipe do Composta Santos. No CACAU são desenvolvidas diferentes práticas de compostagem e agricultura urbana, combinadas com a gestão de resíduos do parque (que aproveita também resíduos de poda e coletas de resíduos em feiras livres) e com as práticas de visitas monitoradas e do programa Quem Planta Colhe. O composto orgânico e o biofertilizante líquido gerados são utilizados no próprio CACAU, nos canteiros do Quem Planta Colhe e também distribuídos para visitantes nas práticas educativas.

3) Finalmente as coleções botânicas que são distribuídas pelo parque ou mantidas em viveiros são também importantes para a manutenção da biodiversidade e para as práticas de educação ambiental em oficinas e visitas monitoradas. O conhecimento da diversidade das plantas é importante para apoiar as ações de segurança alimentar e nutricional.

No Orquidário Municipal de Santos, também são desenvolvidas diferentes práticas de segurança alimentar. O parque é sede do segundo CACAU implantado na

cidade; tem uma equipe própria de Educação Ambiental que inclui conhecimentos ligados à SAN nas suas atividades; acolhe aos domingos uma das edições semanais da Feira Orgânica de Santos (vide item 9.2); e realiza diferentes práticas de manejo de compostagem em suas unidades, tanto dos resíduos internos como dos resíduos triados no Feira Feliz (vide item 9.3.1).

No Aquário de Santos são promovidas atividades educativas com o intuito de sensibilizar e motivar as pessoas a adotarem a compostagem doméstica. Além disso, essas atividades visam orientar o público sobre a relevância de destinar resíduos orgânicos para a compostagem, em conjunto com várias iniciativas de educação ambiental ligadas aos temas da segurança alimentar e nutricional, tanto de forma direta quanto indireta.

[Quem planta, Colhe - Jardim Botânico](#)



Figura 1. Registro da atividade do programa “Quem planta, colhe”

¹As ações aqui descritas são coordenadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade contemplando parcerias com diversas instituições. Além delas existem muitas iniciativas na área de compostagem e agricultura urbana desenvolvidas pela sociedade civil. O mapeamento das mesmas é uma das demandas da implementação da Política de Compostagem e Agricultura Urbana.

9.2 Feiras Orgânicas

As Feiras Orgânicas, que tiveram início no Jardim Botânico Municipal de Santos “Chico Mendes”, em 2011, ganharam fôlego com a chegada da Associação de Produtores Orgânicos do Vale do Ribeira, AOVALE e da Associação de Produtores Orgânicos do Alto Tietê (APROATE), bem como de outros produtores e comerciantes que se somaram ao longo destes 13 anos de feira (completa 14 anos em setembro de 2025). Tendo acontecido em diferentes espaços da cidade, com periodicidade mensal, atualmente acontece semanalmente em dois pontos da cidade, das 9h00 às 13h00 no Orquidário Municipal, no bairro do José Menino, aos domingos; e na Praça da Cidadania, no Campo Grande, aos sábados.

A evolução das feiras se deu de acordo com a capitalização dos próprios feirantes, que passaram a investir parte de seus rendimentos em estrutura de produção, logística e marketing (veículos, barracas, comunicação visual, etc.), incluindo a criação de um fundo de crédito rotativo, com base nos princípios da economia solidária. A Feira também apoiou o desenvolvimento de ações socioculturais e, especialmente, os Encontros de Alimentação Orgânica (seis encontros realizados entre 2013 e 2017). Atualmente o apoio ao desenvolvimento das Feiras Orgânicas também se articula no contexto do Programa Composta Santos, descrito a seguir.

[Divulgação Feira Orgânica de Santos](#)



Figura 2. Registro de uma das ações da Feira Orgânica. Por JuicySantos.

9.3 O Composta Santos e suas frentes

Iniciado no Projeto “Santos Sustentável: Compostagem e Agricultura Urbana”, que, até meados de 2021, integrava o Edital 01/2017 do Fundo Nacional do Meio Ambiente (com financiamento do Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal), o Programa Composta Santos é mantido atualmente pela Prefeitura Municipal de Santos, tendo como objetivo principal: “Promover a compostagem e a agricultura urbana com base agroecológica, bem como a gestão eficiente de resíduos orgânicos e inorgânicos, valorizando a segregação na fonte e a participação popular, em processos de interação, colaboração, ação em rede, inovação e difusão, na perspectiva da sustentabilidade ambiental, da justiça social e da viabilidade econômica.”

Dentre suas diferentes frentes de ação, destacamos a seguir aquelas mais diretamente voltadas aos objetivos deste plano de SAN: Feira Feliz, Composta Comunidade, Rede CACAU, Horta Terapêutica e Política Municipal de Compostagem e Agricultura Urbana.

9.3.1 Feira Feliz

Feira-Feliz é o nome atribuído às ações de coleta, triagem e destinação de alimentos descartados por feirantes na feira-livre da Rua Rio Grande do Sul no bairro José Menino em Santos. O descarte corresponde a partes não convencionais de alimentos ou a alimentos que estão com algum aspecto visual não agradável para a comercialização (fora do padrão comercial), bem como cascas e alimentos degradados. A priori, o material coletado era destinado apenas à compostagem em leiras termofílicas, paletes ou caixas d’água. Com a articulação de parcerias para a destinação de alimentos, a triagem passou a atender diferentes finalidades. Atualmente, os resíduos sólidos orgânicos são coletados em duas barracas parceiras e triados em três frações com a seguinte ordem de prioridade: consumo humano, consumo animal e compostagem.



Figura 3. Fotografia de alimentos coletados na feira com destinação ao SESC Mesa Brasil Santos

Divulgação no site da Prefeitura de Santos

A proposta para este projeto é expandir a quantidade de feirantes envolvidos e, conseqüentemente, desenvolver a gestão completa e participativa dos resíduos sólidos orgânicos da referida feira-livre. Esta ação possui um viés experimental e acadêmico baseado na hierarquia prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Para este trabalho estabeleceu-se parceria com representantes da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), com o Programa Mesa Brasil do SESC Santos e voluntários, dentro do projeto de pesquisa “PESQUISA-AÇÃO PARTICIPATIVA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO BASEADO EM COLHEITA URBANA DE ALIMENTOS E COMPOSTAGEM DE RESÍDUOS”, desenvolvido na UNIFESP de SANTOS.

A Feira Feliz teve suas atividades práticas na feira a partir do ano de 2022, arrecadando durante sua totalidade do projeto (até 25/06/2025) um total de 8,2 toneladas de alimentos que seriam descartados e foram reaproveitados. Sendo, 58,5% (4786,09 kg) que foi destinado a Compostagem, 16,2% (1329,91 kg) destinados ao enriquecimento nutricional dos animais do Orquidário Municipal de Santos e 25,3% (2071,10 kg) para consumo humano, entregues ao Mesa Brasil.

² Os Encontros de Alimentação Orgânica foram criados no intuito de promover a alimentação orgânica no município de Santos com estímulo à ampliação dos canais de produção e comercialização de produtos orgânicos na cidade. O primeiro encontro aconteceu em março de 2013, no Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos - Universidade de São Paulo (vide Quadro 4). O quarto aconteceu integrado ao I Fórum de Segurança Alimentar e I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, em junho de 2015 (quando tomou posse o novo Conselho de Segurança Alimentar de Santos), com apoio do Jardim Botânico de Santos e feirantes. O sexto e último encontro realizado até aqui aconteceu em dezembro de 2017, com foco no consumo e na gastronomia orgânica, na Universidade Monte Serrat – UNIMONTE

9.3.2 Composta Comunidade

O Composta Comunidade surge como um conjunto de estratégias para promover a cultura da compostagem nos locais de geração dos resíduos, incluindo a cessão de composteiras do tipo Humi para instituições de Santos. As atividades educativas relacionadas à compostagem apoiam também as práticas de agricultura urbana dentro de uma perspectiva agroecológica. Atualmente (julho de 2025), o programa disponibiliza 44 composteiras em 43 instituições, 3 instituições participando sem a cessão de composteiras, além de 10 composteiras a serem distribuídas.

Para acompanhar os processos educativos sobre compostagem e agricultura urbana (CAU), todas as instituições parceiras utilizam o ambiente virtual de ensino-aprendizagem Google Sala de Aula, onde estão presentes 102 representantes de diferentes instituições (julho de 2025). Além disso, há um grupo de comunicação no WhatsApp com 120 participantes (em julho de 2025), incluindo representantes das instituições e a Equipe Composta Santos. Nestes meios virtuais, a Equipe publica materiais bibliográficos sobre CAU e também faz a divulgação de ações no município, e as instituições parceiras ficam responsáveis por compartilhar fotos e vídeos das atividades realizadas e também expressam suas dúvidas para que sejam sanadas pela Equipe Composta Santos ou por representantes de outras instituições pertencentes ao Composta Comunidade. Este intercâmbio promove uma comunidade de aprendizagem colaborativa e também ajuda mútua na manutenção das composteiras e dos produtos gerados (composto e biofertilizante líquido)

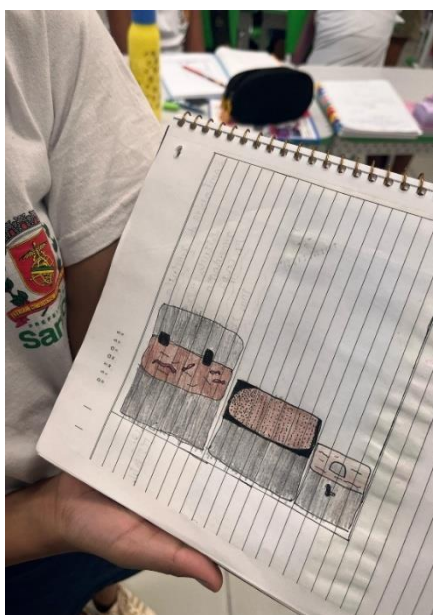


Figura 4. Fotografia de atividade realizada em visita técnica com alunos da UME Prefeito Paulo Gomes Barbosa

Além disso, são realizadas visitas técnicas, que têm como propósito promover a CAU como prática participativa e instrumento de gestão ambiental, segurança alimentar, desenvolvimento humano e economia solidária. As visitas incluem em seus objetivos: avaliar as composteiras, dialogar com os responsáveis sobre as práticas em andamento, esclarecer dúvidas, oferecer recomendações, divulgar eventos, reconhecer oportunidades de colaboração, analisar potenciais na área de gestão de resíduos e agricultura urbana, bem como estimular a participação na plataforma virtual. Em 2023, a equipe do Composta Santos teve como meta realizar 40 visitas técnicas em instituições inscritas no Composta Comunidade, tendo realizado 42.

A partir de 2021, anualmente, em maio, é realizada a Semana da Compostagem no município de Santos, baseada na Semana Internacional da Compostagem (ICAW), organizada pelo Composta Santos em parceria com diversas instituições integrantes do Composta Comunidade. Esta ação tem como objetivo principal promover a conscientização e a adoção de práticas sustentáveis de gestão de resíduos orgânicos, com foco especial na compostagem. Durante esta semana dedicada, diversas atividades e iniciativas são realizadas para educar, engajar e incentivar a comunidade a adotar a compostagem como uma prática ambientalmente responsável. Em 2025 aconteceu a quinta edição da semana.

[Divulgação 5ª Semana da Compostagem de Santos](#)

9.3.3 Rede CACAU

O CACAU é um espaço destinado ao desenvolvimento de diferentes métodos de compostagem (caixa d'água, leira termofílica, minhocário, pallet, entre outros) e agricultura urbana (canteiro, horta vertical, jardim agroflorestal, entre outros). Tem como objetivo principal o processo de ensino-aprendizagem através de práticas coletivas e colaborativas.

A princípio, existiam dois CACAU, localizados em dois parques municipais (Jardim Botânico Municipal de Santos “Chico Mendes” e o Parque Zoobotânico Orquidário Municipal de Santos), os quais possuem Unidades de Educação Ambiental (UEA) que utilizam estes espaços para realização de oficinas e atividades práticas. A manutenção desses espaços é realizada pelas equipes das UEA, Composta Santos, e ajudantes gerais servidores da Prefeitura de Santos.

Com o intuito de ampliar o número de CACAU's, fomentando a criação de novos

espaços em instituições parceiras, criou-se a Rede CACAU em maio de 2024, durante a 4ª Semana de Compostagem e Agricultura Urbana de Santos, com abertura de inscrições. Até julho de 2025, duas novas instituições (a Horta Comunitária Bons Frutos, e outro na UME Leonor Mendes de Barros) integraram a Rede e participando das trocas de conhecimentos e experiências, com estímulo à cultura de mutirões, a fim de disseminar e incentivar as práticas de compostagem e agricultura urbana amplamente para diferentes públicos. Atualmente a Rede CACAU conta, assim, com quatro CACAU.

[Divulgação Encontro Rede CACAU](#)



Figura 5. Fotografia do espaço CACAU localizado no Jardim Botânico

9.3.4 Horta Terapêutica

Outra área de atuação dentro do programa Composta Santos é o projeto “Horta Terapêutica”, que desde agosto de 2022 se dedica a fomentar a Horticultura Terapia, um processo terapêutico que usa as atividades de horta para promover o desenvolvimento humano através dos sentidos do tato, mente e espírito. O projeto acontece na Horta Bons Frutos, horta comunitária localizada no bairro Jardim São Manoel, na Zona Noroeste de Santos.

O projeto é desenvolvido em parceria com a UNIFESP através de projetos de extensão dos cursos de nutrição e terapia ocupacional. Outros parceiros fundamentais são a CATI, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e o projeto Saber Sabor Solidário. Estas parcerias têm sido essenciais para ampliar o alcance das atividades desenvolvidas na horta. Os encontros semanais vêm acontecendo todas às segundas-feiras e, além das práticas de cultivo agroecológicos (horta, pomar, jardinagem e

compostagem), já contaram com saídas de reconhecimento pelo território, oficinas culinárias e tinturas com alimentos colhidos no local, exibição de cine debate, práticas de partilha de sentimentos e atividades de identificação de plantas. O projeto oferece à comunidade local oportunidades de troca de aprendizagem relacionadas ao meio ambiente, promovendo bem-estar através de práticas de cuidado com a terra para a produção de hortaliças e ajuda a potencializar o alcance da Horta.

O trabalho desenvolvido pela Horta Bons Frutos tem ganhado reconhecimento nacional. Em maio de 2024, representantes do projeto estiveram em Brasília para receber o 1º Prêmio de Agricultura Urbana, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A Horta conquistou o 2º lugar em nível nacional, com a premiação entregue pelo ministro Wellington Dias durante a 5ª Conferência Global ‘One Planet’, evento internacional voltado à promoção de sistemas alimentares saudáveis.



Figura 6. Fotografia de atividade realizada em oficina do “Horta Terapêutica”

9.3.5 Política Municipal de Compostagem e Agricultura Urbana

A Política Municipal de Compostagem e Agricultura Urbana (PMCAU) surge da necessidade de incentivar a construção participativa de uma política municipal direcionada aos temas que nomeia, tendo por objetivo a criação de políticas públicas que favoreçam a geração de renda, o melhor aproveitamento dos resíduos sólidos, com enfoque na fração orgânica, bem como a segurança alimentar e a qualidade de vida no município de Santos.

Os Fóruns de Compostagem e Agricultura Urbana de Santos foram criados com o intuito de promover a temática no âmbito da construção contínua e participativa da Política e do Programa Municipal de Compostagem e Agricultura Urbana. Conseqüentemente, desempenham um papel crucial na promoção da segurança alimentar, estabelecendo conexões significativas entre as práticas sustentáveis discutidas no evento e a garantia do acesso adequado e estável aos alimentos.

O 1º Fórum ocorreu em dezembro de 2021, enquanto o 2º foi realizado entre os dias 31 de outubro e 1º de dezembro de 2023, por intermédio de reuniões, rodas de conversas, lives, mobilizações em redes sociais e plenárias presenciais. A partir destes dois Fóruns foram elaboradas 23 propostas, algumas já implementadas. Estas propostas serão consideradas como importante contribuição para a redação da minuta da PMCAU, um dos objetivos principais da próxima edição do Fórum, prevista para o segundo semestre de 2025, que também deve mobilizar a Rede de Compostagem e Agricultura Urbana de Santos, criada também no 2º Fórum.

[Matéria sobre o 2º Fórum](#)



Figura 7. Rodas de conversa para discussão das propostas do II Fórum de Compostagem e Agricultura Urbana de Santos

10. DIRETRIZES DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Apresentamos a seguir as ações planejadas para o período de 2025-2029 de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. As ações foram construídas com base na previsão do fortalecimento dos trabalhos já existentes e nas novas proposições da CAISAN e COMSEA, devendo passar por aprimoramento no processo de revisão deste plano no período de setembro de 2025 a junho de 2027, a luz do Plano Plurianual 2026-2029, publicado no Diário Oficial de Santos, em 29 de julho de 2025, bem como da Lei de Diretrizes Orçamentárias publicada em 25 de julho de 2025.

DIRETRIZ 1: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

OBJETIVO: Universalizar o direito a alimentação adequada às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO	INTERESSADOS	INDICADORES
Cadastro Único, Programas de Transferência de Renda e BPC	Favorecer a superação de situações de vulnerabilidade e risco causadas pela pobreza e extrema pobreza	Identificação e inclusão do público prioritário conforme as normativas e orientações técnicas	Cadastramento e trabalho social	SEDS	Demais políticas públicas	Permanente	Famílias em situação de pobreza e extrema pobreza	Número de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social atendidas em Programas Transferência de Renda e BPC
Serviços socioassistenciais	Assegurar os direitos socioassistenciais por meio da oferta de serviços e encaminhamentos para a rede intersetorial e, quando necessário, para órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD)	Acompanhamento dos usuários em serviços socioassistenciais em consonância com a PNAS.	Atendimento e Acompanhamento Social	SEDS	Demais políticas públicas	Permanente	Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.	Número de famílias acompanhadas em situação prioritária

Benefícios Eventuais	Proteção Social de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. sociais e humanos.	Prover os mínimos sociais conforme Resolução Normativa N° 742/2020- CMAS Benefícios eventuais	Artigos 12 e 13 da Resolução Normativa N° 792/2020 - CMAS Benefícios eventuais	SEDS	Demais políticas públicas	Permanente	Famílias e indivíduos que necessitem de proteção social e em situação de pobreza e extrema pobreza	Quantidade de benefícios eventuais concedidos
Projetos de enfrentamento da pobreza (Qualificação Profissional e Inclusão ao Mundo do Trabalho)	Promover a autonomia e a geração de renda das pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a redução da pobreza e da desigualdade social	Ampliar oferta, com diversidade, de qualificações que aumentam a empregabilidade e do acesso a oportunidades de trabalho e geração de renda.	Grupos, cursos e oficinas para a Qualificação Profissional e Inclusão ao Mundo do Trabalho	SEDS	Demais políticas públicas	Permanente	Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.	Quantidade de usuários que concluíram a formação X colocação no mercado trabalho

Programa Nossa Família	Ttransferência de renda como estratégia de redução da pobreza, além de intervir, por meio do trabalho social com as famílias, nas condições de vulnerabilidade social e de fomento à inclusão social.	Aumento número de beneficiários.	Apoio financeiro as famílias com renda média em situação de risco social.	SEDS	SEDS	Permanente	Famílias em situação de vulnerabilidade cadastradas no CADUNICO.	Número de famílias atendidas.
Programa Viva Leite	Distribuir mensalmente 15 LITROS de leite fluido, pasteurizado e integral por mês às famílias com crianças e idosos de baixa renda que vivem em situação de vulnerabilidade social	Melhorar as condições de distribuição do leite	Encontros regulares com a SEDS e SMS e SEDUC para contra referencia das famílias	SUBPREFEITURAS	Demais políticas públicas	Permanente	Famílias cadastradas no CADUNICO	Numero de distribuição semanal de litros de leite
		Aumentar postos de distribuição, em consonância com as diretrizes do Governo do Estado	Implementar atuação do Conselho Gestor	SUBPREFEITURAS	Demais políticas públicas	Permanente	Famílias cadastradas no CADUNICO	Acompanhamento das sobras do leite e famílias que vão saindo devido os critérios do programa

Revisar o projeto de capacitação de jovens no restaurante escola	Promover curso de capacitação para manipuladores de alimentos	Aumentar o número de alunos, de modo a formar duas turmas por ano	Curso de capacitação	UNISANTOS, SEDS e SETUR	Empresas, instituições parceiras.	Permanente	Jovens em situação de vulnerabilidade social	Número de jovens capacitados por ano
Ampliar projetos de qualificação profissional para indivíduos em situação de vulnerabilidade social	Promover curso de qualificação voltados para de SAN	Aumentar o numero de vagas disponibilizadas	Curso de qualificação	SEDS	Demais políticas públicas	Permanente	Indivíduos em situação de vulnerabilidade social	Número de indivíduos qualificados

DIRETRIZ 2: Implantação, ampliação e consolidação dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.

OBJETIVO: Garantir o acesso ao alimento, a informação e capacitação na área de segurança alimentar através de equipamentos públicos.

AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO	INTERESSADOS	INDICADORES
Suporte de gestão no restaurante Bom Prato	Oferecer à população de baixa renda, refeições saudáveis e de alta qualidade a custo acessível	Manter os padrões de qualidade e atingir o número de refeições pactuadas em contrato com o Governo do Estado	Manutenção das unidades e interlocução com as demais políticas públicas para garantir o acesso	SEDS	Demais políticas públicas	Permanente	Moradores de rua, população de baixa renda, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade social	Número de refeições oferecidas

Mapeamento no município de Santos de SAN com indicadores alimentares e sociais	Criação de Banco de Alimentos e Cozinha Comunitária	Planejar, desenvolver e implementar equipamento de banco de alimentos e cozinha comunitária no município	Pesquisa de modelos de bancos de alimentos e cozinha comunitaria implantados em outros municípios	SEDS	Universidades	Medio	População em situação de vulnerabilidade social	Número de famílias cadastradas
			Avaliação da demanda de famílias em vulnerabilidade e instituições que atendam essas famílias		Distribuidores de alimentos			Número de parceiros doadores de alimentos
			Avaliação da oferta de alimentos doados por parceiros (produtores, distribuidores, comerciantes)		Produtores locais e regionais de alimentos			Quantidade de alimentos doados
			Articulação de parceiros para viabilização do plano					
			Buscar recursos para implantação do banco por meio dos editais do Ministério do Desenvolvimento Social					

Feiras Orgânicas	<p>Apoiar a conservação da biodiversidade Promover a agrobiodiversidade na produção no campo e na alimentação (exemplo: Plantas Alimentícias não Convencionais) Fortalecer a agricultura familiar e os microempreendimentos pautados na sustentabilidade, na segurança e na soberania alimentar Promover o fortalecimento da saúde humana Desenvolver experiências socioculturais de interação entre o agricultor e o consumidor Criar processo de gestão baseado na economia solidária Promover a educação ambiental, a gastronomia saudável, a cultura, o esporte e o lazer</p>	<p>Realização de feiras em diferentes pontos da cidade. As metas de crescimento são estabelecidas a cada ano no Plano Diretor de Metas. Para 2025 a meta é a realização de 115 feiras</p>	<p>Feiras com produtores e comerciantes de produtos orgânicos, incluindo a venda de alimentos preparados de forma artesanal e produtos ecológicos artesanais feitos com reaproveitamento/reciclagem de materiais A feira também oferece espaço para inclusão de atividades educativas, culturais, esportivas e de lazer.</p>	<p>Composta Santos/COPOLA M/DEPCAM/SEM AM (Apoio - Coordenação)</p>	<p>Feirantes (produtores e comerciantes) Educadores, artistas, artesãos e</p> <p>ONG Concidadania, Orquidário (SEMAM), Guarda Municipal, COMSEA, Imprensa e outras secretarias do governo municipal.</p>	<p>Permanente</p>	<p>Comunidade em Geral, agricultores, comerciantes, artistas e educadores</p>	<p>No PDR (Programa de Participação Direta nos Resultados) da Prefeitura de Santos: I-270 Número de feiras de orgânicos promovidas (indicador anual)</p>
------------------	---	---	--	---	--	-------------------	---	--

Horta Escolar (Decreto 3046 de 18/11/2014)	Promover a educação ambiental e o incentivo aos bons hábitos alimentares.	Ampliar entre 20 e 25 por cento	Aulas teóricas, leitura de histórias relacionadas ao tema, vídeos, jogos temáticos, aulas práticas com preparo de canteiros, sementeiras, compostagem e noções de agricultura	SEDUC	SEMAM e Casa de Agricultura	Permanente	Docentes, estudantes e familiares da Rede Pública de Ensino	Números de hortas instaladas por número de Alunos participantes
REDE CACAU	Promover a educação ambiental, com ênfase na gestão de resíduos, na agroecologia e na segurança alimentar e nutricional, através de espaços de Compostagem e Agricultura Urbana que compõe a Rede CACAU	-Manutenção de dois Centros de Compostagem e Agricultura Urbana (Orquidário e Jardim Botânico) - Implantação e Gestão da Rede CACAU, criada em maio de 2024	Atividades de manejo de compostagem, agricultura urbana e gestão de resíduos; oficinas agroecológicas; mutirões; promoção de encontros; formação de educadores e público em geral; criação de planos pedagógicos e de manutenção.	Composta Santos/ COPOLAM/DEPC AM/SEMAM	Orquidário e Jardim Botânico (SEMAM). Instituições integrantes do Composta Comunidade e Rede Compostagem e Agricultura Urbana de Santos	Permanente	Educadores, Agricultores Urbanos e Público em Geral.	- Centros de Compostagem e Agricultura Urbana do Orquidário e do Jardim Botânico de Santos mantidos - Número de Centros integrados na Rede CACAU - Número de Mutirões de Integração e Formação Realizados por Ano

DIRETRIZ 3: Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.

OBJETIVO: Promover o conhecimento e a informação de uma alimentação saudável para empoderar e ampliar as possibilidades de escolhas alimentares.

AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO	INTERESSADOS	INDICADORES
Efetivação do inciso II do artigo 2º, inciso III do artigo 17º da lei nacional nº 11947/2009, que versa sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar	Incluir as ações de Educação Alimentar e Nutricional no Projeto Pedagógico da SEDUC	Atingir 15% das escolas Municipais de Ensino	Atividades educativas com aulas, teatro de fantoches, produção de alimentos e sobre aproveitamento integral dos alimentos	SEDUC	Universidades e o Programa Saúde na Escola (PSE)	Permanente	Alunos da Rede Pública de Santos	Quantidade de encontros e total de alunos participantes

Semana/ Mês da Alimentação	Promover a integração e divulgar as praticas de segurança alimentar no município e o COMSEA	Realização anual de evento comemorativo à Semana/ Mês da Alimentação Orgânica	Promoção de um dia colaborativo das práticas acompanhadas pelo COMSEA Criar sistema da autogestão na realização das ações, cada espaço gerenciando a sua e com divulgação feita com a parceira do COMSEA e Integração com os CONSEA estadual e regional	COMSEA	Secretarias Municipais, Universidades e Entidades	Permanente	População em geral	Numero de atividades e público presente
----------------------------	---	---	---	--------	---	------------	--------------------	---

Horta e Jardim, Nutrição e Alimentação Saudável (Projetos desenvolvidos pela UNIFESP)	Desenvolver coletivamente uma horta urbana no campus Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) para revitalizar os espaços destinados aos jardins e fomentar as ações de promoção da saúde e bem-estar social da comunidade universitária e externa	Sensibilizar e envolver a comunidade universitária e externa na construção e manutenção da horta comunitária, por meio de ações educativas e comunicações em redes sociais	Oficinas, multirôes, rodas de conversa, cine-debate que são divulgadas em mídias sociais (Facebook e Instagram) e abertas a toda a população	UNIFESP	AMBNUT, COUNUT, Fortalecendo Redes, Mudo, Panela Aberta	Permanente	Comunidade em Geral	Número de seguidores das redes sociais; número de participantes nas atividades presenciais; tipo de vínculo dos participantes e seguidores (comunidade universitária ou externa); dimensão dos canteiros destinados à horta; espécies de alinetos plantadas (convencionais e não convencionais); número de instituições e projetos parceiros
Fomentar às ações intersetoriais no Programa Bolsa Família	Identificar as ações desenvolvidas pelos setores Saúde, Educação e Desenvolvimento Social, juntos às famílias do PBF	Contribuir para o desenvolvimento da intersetorialidade no PBF	Entrevistas com gestores do PBF nos setores Saúde, Educação e Desenvolvimento Social	SEDS, SEDUC e SMS	Universidades	Permanente	Gestores e usuários do PBF	Número de famílias beneficiadas pelo PBF
	Verificar os fatores facilitadores e dificultadores para a realização destas ações	Qualificar a atenção às famílias beneficiadas pelo PBF	Rodas de conversa conjuntas entre gestores do PBF nos três setores					

Mesa Brasil SESC - Programa de Segurança Alimentar e Nutricional	Programa social que ao mesmo tempo combate a fome e o desperdício de alimentos, desenvolvendo ações educativas	Funcionamento de segunda a sexta feira das 8h às 17h	Coleta de alimentos in natura ou industrializados, que seriam descartados por perderem o valor comercial ou por serem excedentes de produção e estarem próximo ao vencimento, para repasse às instituições sociais cadastradas que utilizam estes alimentos no preparo e complementação de suas refeições	SESC Santos	Empresas doadoras (supermercados, sacolões, padarias) e feirantes	Permanente	Instituições sociais cadastradas, legalmente constituídas e que tenham local adequado para preparo e distribuição de refeições aos assistidos	Número de participantes
	O Programa se aplica a transmitir conhecimento para transformação social, difundindo o conceito da alimentação saudável e sustentável	Ações educativas mensais	Palestras, oficinas de culinária, workshop e seminários		Os palestrantes e oficineiros são contratados		Instituições sociais cadastradas e público em geral	

Atendimento ambulatorial em Nutrição	Melhoria na qualidade de vida, tanto em indivíduos saudáveis, quanto em enfermos	Firmar convênios entre a SMS e as Universidades para que haja atendimento individualizado nos ambulatórios das Universidades	Atendimento individualizado	SMS	Universidades	Permanente	Comunidade em Geral	Número de atendimentos
Cartilha digital e banners com a temática da SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	Promover, informar e conscientizar a população sobre o tema Segurança Alimentar e Nutricional	Disponibilização de cartilha digital e banners para instituições públicas e privadas	Criação de material de apoio para divulgação nas Escolas, Universidades, Entidades de Bairros, UBS's entre outros	COMSEA e PMS	Todos os atores	Longo prazo	População em geral	Distribuição de material

<p>Programa Quem Planta Colhe (Antigo Horta Ecológica)</p>	<p>Proporcionar vivências de agricultura ecológica e orientações para o desenvolvimento de atividades de agricultura urbana e rural e incentivo à segurança e soberania alimentar dentro do enfoque da conservação da agrobiodiversidade, da educação ambiental crítica/educação popular e da economia solidária</p>	<p>Realização de atividades semanais, uma tarde por semana (quintas-feiras das 14h às 16h) com público de até 25 integrantes por semana.</p>	<p>Orientações e Manejo agroecológico de Canteiros de Horta Compostagem Orgânica, Vermicompostagem, Agrofloresta, Jardinagem e Produção de mudas. Desenvolvimento de práticas educativas de atendimento a grupos visitantes. Articulação de parcerias com outras iniciativas de agricultura urbana (incluindo hortas escolares e comunitárias e dos Centro de Aprendizagem em Compostagem e Agricultura Urbana do Jardim Botânico Municipal e do Orquidário Municipal).</p>	<p>Jardim Botânico Municipal de Santos – SEMAM</p>	<p>Casa da Agricultura de Santos (Secretaria da Agricultura do Estado). Comunidade Integrante do Programa – autogestão. Programa Composta Santos/COPOLAM/DEPCAM/SEMAM.</p>	<p>Permanente</p>	<p>Comunidade em geral</p>	<p>Atendimentos por mês</p>
--	--	--	---	--	--	-------------------	----------------------------	-----------------------------

PROGRAMA “Composta Santos”	Promover a compostagem e a agricultura urbana com base agroecológica, bem como a gestão eficiente de resíduos orgânicos e inorgânicos, valorizando a segregação na fonte e a participação popular, em processos de Interação, Colaboração, Ação em Rede, Inovação e Difusão, na perspectiva da sustentabilidade ambiental, da justiça social e da viabilidade econômica.	<p>1) Realizar 44 visitas Técnicas, nas instituições do Composta Comunidade</p> <p>2) Realizar 115 Feiras Orgânicas (vide indicador Feira Orgânica, diretriz 2)</p> <p>3) Realização Anual da Semana da Compostagem</p> <p>4) Construção de Modelo Piloto de Triagem e Destinação de Resíduos de Feiras</p> <p>5) Manutenção de dois Centros de Compostagem e Agricultura Urbana (Orquidário e Jardim Botânico)</p> <p>6) Gestão da Rede CACAU</p> <p>7) Realização do III, IV e V Fórum de Compostagem e Agricultura Urbana, respectivamente em 2025, 2027 e 2029</p> <p>8) Realizar Plano de Atividades “Horta Terapêutica” na Horta Comunitária Bons Frutos</p> <p>9) Manutenção de Equipe de Estagiários</p>	Ações de educação ambiental, gestão de resíduos, manejo de compostagem, visitas técnicas, comunicação e mídia digital, promover feiras orgânicas, orientação de estágios, articulação de redes, organização de eventos, triagem e distribuição de alimentos, práticas de pesquisa, produção de relatórios, reuniões e promoção de lives. Conduzir Plano de Estágio com acompanhamento suas frentes de ação em 2024 e 2025, com destaque na área de Segurança Alimentar para as seguintes frentes detalhadas neste plano: Composta Comunidade, CACAU, Feira Feliz, Feira Orgânica, Horta Terapêutica e Política Municipal de Compostagem e Agricultura Urbana.	SEMAM	<p>Rede de Compostagem e Agricultura Urbana de Santos (Criada no II Fórum de Compostagem e Agricultura Urbana)</p> <p>UNIFESP</p> <p>Instituições Cadastradas no “Composta Comunidade”</p> <p>Secretarias Municipais</p> <p>Casa da Agricultura de Santos</p> <p>SESC</p> <p>Feirantes</p>	Permanente	Escolas, Empresas, ONGs e Sociedade em Geral	<p>- Visitas Técnicas realizadas por ano (META 2025)</p> <p>- Feiras Orgânicas realizadas por ano (META 2025)</p> <p>- Realização Anual da Semana da Compostagem</p> <p>- Modelo Piloto de Triagem e Destinação de Resíduos de Feiras</p> <p>- Centros de Compostagem e Agricultura Urbana do Orquidário e do Jardim Botânico de Santos mantidos</p> <p>- Rede CACAU mobilizada com mutirões de integração (Vide Diretriz 2 Rede Cacau)</p> <p>- Realização de Fóruns de Compostagem e Agricultura Urbana a cada 2 anos (2025, 2027 e 2029)</p> <p>- Plano de Atividades “Horta Terapêutica” realizado na Horta Comunitária Bons Frutos</p> <p>- Equipe de Estagiários Mantida</p>
----------------------------	--	--	---	-------	--	------------	--	--

Composta Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação da gestão de resíduos das instituições; - Fomentar a compostagem e a agricultura urbana; - Tornar o processo educativo mais participativo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Manter Plataforma Google Sala de Aula - Realizar 44 visitas Técnicas (Meta 2025), nas instituições do Composta Comunidade, priorizando escolas públicas; - Realização Anual da Semana da Compostagem de Santos 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a cultura da compostagem com a distribuição de composteiras para instituições parceiras; - Realizar Visitas Técnicas personalizadas de acordo com a demanda de cada instituição; - Preenchimento de relatório de diagnóstico para cada instituição; - Alimentar, engajar e incentivar postagens na plataforma Google sala de aula; - Planejar e realizar a Semana da Compostagem de Santos 	Composta Santos/ COPOLAM/DEPCA M/SEMAM	<ul style="list-style-type: none"> - PMANE; - COFORM; - SEPROJE; - SEDUC; - Diretoria de Ensino; - Secretaria de Saúde; - Rede de CAU. 	- Permanente	- População em geral e instituições parceiras.	<ul style="list-style-type: none"> - Número de visitas técnicas realizadas; - Número de composteiras distribuídas; - Número de postagens no Classroom; - Número de publicações do Composta Comunidade no Instagram - Semana da Compostagem realizada anualmente
Feira Feliz	Desenvolver a gestão participativa dos resíduos das feiras livres de Santos com base na hierarquia prevista na PNRS.	Gestão de gerenciamento de resíduos de feira livre (Expansão do Projeto piloto com estudo para segurança alimentar humana e enriquecimento de nutrição animal).	Triagem de resíduos de feira livre e separação em 3 frações: destinação de alimento em bom estado para consumo humano através do projeto Mesa Brasil; destinação de alimentos para enriquecimento nutricional para animais do Orquidário Municipal; e destinação de resíduos orgânicos para compostagem. - Expansão para 3 feiras atendidas em 2026 e todas as feiras livres	Composta Santos - SEMAM	UNIFESP/ Feirantes/ SESC MESA BRASIL Santos	- Permanente	População em Geral, Feirantes e Instituições Atendidas.	<ul style="list-style-type: none"> - Quantificação de alimentos destinados para alimentação humana, para enriquecimento nutricional animal e para compostagem. - Número de Feiras Atendidas por Semana e por Ano

DIRETRIZ 4: Fortalecimento da agricultura familiar.

OBJETIVO: Apoiar e incentivar a produção da agricultura familiar local e garantir o consumo dessa produção na alimentação escolar e equipamentos públicos socioassistenciais, melhorando a qualidade da alimentação da população assistida.

AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO	INTERESSADOS	INDICADORES
Cumprir a Lei nº 11947/2009, que determina que o valor mínimo de 30% do repasse do FNDE, seja utilizado para aquisição de gêneros da Agricultura Familiar	Incentivar o uso de produtos oriundos de Cooperativas de Agricultores Familiares	Utilizar no mínimo 30% dos recursos oriundos do repasse do PNAE	Realizar contato com Agricultores com o objetivo de viabilizar a execução de chamadas públicas e realizar Estudo de Casos de Sucesso de Outros Municípios com Experiências de Entrega Ponto	SEDUC, COMLIC-2 e, PROJUR e SEMAM	COMSEA CODEAGRO (Governo do Estado)	Permanente	SEDUC	Número de Chamadas Públicas exitosas/ano
Fortalecimento da Agricultura Familiar e Orgânica no PAA/PNAE	Viabilizar as compras públicas da merenda escolar de produtos oriundos da agricultura familiar e da agricultura orgânica. Evitar chamadas públicas desertas	Criação de Cadastro Público de Agricultores até 2020	Estudo de Casos de Sucesso de Outros Municípios Atividades com Merendeiras e Experiências de Entrega Ponto a Ponto. Realização de Busca Ativa de Agricultores	SEDUC	SECOM; SEMAM (Via Feiras Orgânicas); Casa da Agricultura – Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento.	Permanente	Agricultores, estudantes da rede pública.	Criação de Cadastro Público de Agricultores; % da compra oriunda da agricultura familiar; % da compra oriunda da agricultura orgânica

Incentivo de Modelos de Horta periurbana	Promover a produção e comercialização de alimentos por agricultores urbanos e periurbanos, reduzindo pontos que caracterizam a presença de desertos alimentares na cidade	Realizar Planos de Atividades "Horta Terapêutica" na Horta Comunitária Bons Frutos (vide também Rede CACAU na diretriz 2 e Quem Planta Colhe na diretriz 3)	Condução de práticas agroecológicas, de promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional, de acordo com planejamento participativo na Horta Comunitária Bons Frutos.	SEMAM	Casa da Agricultura – Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento UNIFESP Rede Compostagem e Agricultura Urbana Agricultores da Horta Comunitária Secretarias Municipais	Permanente	Agricultores e comunidade em geral	Planos de Atividades "Horta Terapêutica" realizado na Horta Comunitária Bons Frutos
--	---	---	--	-------	---	------------	------------------------------------	---

DIRETRIZ 5: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional.

OBJETIVO: Promover mecanismos de prevenção e proteção à saúde baseados nas práticas saudáveis de alimentação e estilo de vida.

AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO	INTERESSADOS	INDICADORES
Manutenção do Programa de Incentivo ao Aleitamento Materno	Promover uma ação socioeducativa visando incentivar o aleitamento materno exclusivo até os 6 meses de vida e o aleitamento materno até os 2 anos com alimentação complementar oportuna	Promover o aumento das taxas de aleitamento materno exclusivo	Grupos com o apoio da e-multi para as equipes de saúde	SMS	COMSEA	Permanente	Crianças até 02 anos	Aumentar a quantidade de capacitações ao ano
		Aumentar o número de capacitações	Capacitação permanente da equipe técnica e agentes comunitários de saúde sobre manejo do aleitamento materno					
			Realização de dinâmicas de grupo na Atenção Primária à Saúde					
			Promoção, proteção e orientação do aleitamento na Atenção Primária à Saúde					
			Acolhimento do binômio mãe-filho na primeira semana de vida					
			Acolhimento às mães com dificuldade de amamentar, em todas as UBS's e USF's					

Implantação do Programa de Mudanças de Estilo de Vida na Rede de Atenção Primária À Saúde	Incentivo a adoção de hábitos de vida e práticas alimentares saudáveis	Atingir 100% das Unidades da Atenção Primária à Saúde	Capacitação da Equipe técnica e agentes comunitários de saúde	SMS	COMSEA	Permanente	Usuários SUS	100% da unidades de saúde
			Incentivo a atividade física					
		Atingir 30% dos pacientes com sobrepeso e obesidade triados nas Unidades de Saúde para que saiam do sedentarismo e adotem hábitos de vida saudáveis	Realização de atividades físicas moderadas, semanalmente integrando pacientes e Equipe técnica					
Promover maior oferta de alimentos minimamente processados e processados	Realizar buscas constantes de produtos alimentícios para a composição do cardápio da Alimentação Escolar	Não ultrapassar o percentual de 30% de alimentos ultraprocessados no cardápio mensal	Grupo de estudos do setor de alimentação escolar	SEDUC	COMSEA e CAE	Permanente	Alunos da rede pública	Índice de Qualidade dos cardápios

Mapeamento das políticas municipais de alimentação e nutrição para enfrentamento do excesso de peso	Identificar e analisar as ações municipais de alimentação e nutrição, para o excesso de peso, na Atenção Primária à Saúde	Fortalecimento da atenção nutricional ao excesso de peso	Diagnóstico das ações de alimentação e nutrição na Atenção Primária	SMS e demais secretarias com recursos afins	Universidades	Permanente	Profissionais de saúde	Número de usuários com excesso de peso na Atenção Primária
			Promoção da alimentação adequada e saudável				Famílias usuárias do SUS	
Educação permanente de profissionais de saúde, em ações de alimentação e nutrição	Capacitar as equipes de saúde em ações de alimentação e nutrição	Qualificação da atenção nutricional	Vigilância alimentar e nutricional	SMS	Universidades	Permanente	Profissionais de saúde	Número de famílias
		Contribuição para a redução de agravos nutricionais	Promoção do aleitamento materno exclusivo				Famílias usuárias do SUS	
			Apoio à introdução de alimentação complementar saudável					

DIRETRIZ 6: Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

OBJETIVO: Criar mecanismos de monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO	INTERESSADOS	INDICADORES
Pesquisa sobre insegurança alimentar e nutricional da população inscrita no Cadúnico do Município	Mensurar os índices de insegurança alimentar da população do Cadúnico	Entrevistar 10% da população inscrita no Cadúnico	Seleção dos locais das entrevistas	SEDS, SMS, COMSEA	Secretarias Municipais	Médio	População em situação de vulnerabilidade social	EBIA
	Conhecer os tipos de alimentos mais consumidos pela população-alvo		Seleção do número de entrevistados por região escolhida					
			Seleção dos entrevistadores e capacitação					
			Realização das entrevistas					
			Tabulação dos dados					

Ampliação da cobertura do SISVAN Municipal (estado nutricional e situação alimentar)	Mapear o estado nutricional da população por faixa etária e sua situação alimentar	50% dos usuários (crianças, adolescentes, gestantes e idosos) da rede básica de saúde acompanhados (peso, estatura e situação alimentar) no SISVAN Municipal, e também crianças e usuários do Bolsa Família	Capacitar anualmente (os profissionais responsáveis por alimentar o SISVAN) Municipal	SMS, SEDUC e PSE	SMS (DEAPS)	Permanente	Crianças de 6 a 24 meses cadastradas no Bolsa Família	Aumentar a cobertura do SISVAN no DEAB; 50% das UBS/USF incluídos no SISVAN em 2018-2019
			Aferir peso e estatura na pré consulta de todos os pacientes atendidos no SUS					
			Inserção dos dados antropométricos no sistema INTEGRA -SMS					
			Realizar anualmente pesquisa sobre marcadores de consumo alimentar					
Criação do Departamento ou Coordenaria de Segurança Alimentar e Nutricional em Santos	Conduzir e Monitorar ações estratégicas do Plano (PLAMSAN) e Política de Segurança Alimentar e Nutricional, apoiar a CAISAN e o COMSEA	Coordenar e planejar em 100% as ações da Segurança Alimentar no município	Participação, promoção de eventos, oficinas e capacitações para a divulgação da SAN no município	SEDS	Secretarias Municipais	Curto	População da cidade de Santos, em especial, as famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional	Gerenciamento dos indicadores do SAN na cidade de Santos
Monitorar a cobertura do SISVAN-WEB das crianças de 6 a 24 meses e as incluídas do Bolsa Família	Fazer um diagnóstico local do estado nutricional dessa população específica para posterior intervenção	Monitorar 80% desses usuários (Bolsa Família) em 2018-2019	Criar grupo de trabalho; capacitar técnicos	SMS (DEAPS)	SMS, SEDUC e PSE	Permanente	Crianças de 6 a 24 meses cadastradas no Bolsa Família	Aumentar a cobertura do SISVAN no DEAB; 50% das UBS/USF incluídos no SISVAN em 2018-2019

Geração do Mapa de Insegurança Alimentar	Utilizar ferramentas de Geoprocessamento, BI e Sistemas de Informação para mapear a vulnerabilidade e propor políticas públicas para mitigar tal situação	A partir do CADÚNICO do Governo Federal promover a identificação de pessoas e famílias em situação de insegurança alimentar 30% de abrangência do município	Criar grupo de monitoramento multidisciplinar	SEDS, SMS E COMSEA	Todos os atores	Permanente	Comunidade em Geral	Número de famílias no cad por total de famílias no município
Construção Participativa da Política Municipal de Compostagem e Agricultura Urbana	Incentivar a construção participativa da Política Municipal de Compostagem e Agricultura Urbana, favorecendo a geração de renda, o melhor aproveitamento dos resíduos sólidos, a segurança alimentar e a qualidade de vida em Santos.	- Produção da Minuta para Normatização da Política Municipal de Compostagem e Agricultura Urbana - Realização Bianual de Fóruns de Compostagem e Agricultura Urbana de Santos (em 2025, 2027 e 2029) - Implementação da Política, Programa e Plano de Compostagem e Agricultura Urbana até 2028.	- Realizar Fóruns de Compostagem e Agricultura Urbana (bianualmente) - Mobilização da Rede de Compostagem e Agricultura Urbana de Santos e do Grupo de Apoio para Construção de Política de Compostagem e Agricultura Urbana, com sociedade civil e academia. - Implantação da Política, Programa e Plano de de Compostagem e Agricultura Urbana.	Composta Santos SEMAM; Grupo de Apoio para Construção de Política de Compostagem e Agricultura Urbana.	UNIFESP	Médio	Comunidade em Geral	- Apresentação da Minuta de Normatização da Política Municipal de Compostagem e Agricultura em 2025 - Fóruns de Compostagem e Agricultura Urbana de Santos realizados - Política, Programa e Plano de Compostagem e Agricultura Urbana instituídos e implementados.

11. BIBLIOGRAFIA

- Atlas Brasil –

<https://infosanbas.org.br/municipio/santosp/#:~:text=O%20%C3%ADndice%20Gini%20de%20Santos%20%C3%A9%20de%200%2C55.>

- Decreto nº 7.272/2010 que regulamenta a Lei nº 11.346/2006 e define as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)

- Decreto nº 7.541 de 01 de setembro de 2016, que institui a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)

- Decreto Presidencial nº 6286/2007 que institui o Programa de Saúde do Escolar

- IBGE - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/santos/panorama>

- Lei Federal nº 14.628 de 2023 que institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

- Lei Municipal nº 2.248/2004, cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA)

- Lei Municipal nº 3.455 de 2018, trata da reestruturação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA)

- Lei Municipal nº 3.264 de 10 de maio de 2016 que instituiu o Programa Segunda Sem Carne

- Lei Federal nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e visa garantir o direito humano à alimentação adequada conforme a CFN e outras providências

- Prefeitura de Santos – www.santos.sp.gob.br

- Resolução nº 09, de 20 de agosto de 2024, adesão do município ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan)

- Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

- Resolução Normativa nº 792 de 2020, do Conselho Municipal de Assistência Social, regulamenta os Benefícios Eventuais

- SEADE - <https://perfil.seade.gov.br/>

- Sistemas alimentares e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável [recurso eletrônico]
/ Organizadores: Aline Martins de Carvalho, Alisson Diego Machado, Dirce Maria Lobo
Marchioni. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2025.

- Fundação Arquivo e Memória de Santos. Disponível em:
<http://www.fundasantos.org.br>. Acesso em: jan. 2014.